

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	13
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	122
---	-----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	124
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	125
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	126
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	127
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.605
Preferenciais	100.739
Total	167.344
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	11.590.259	10.694.051	11.303.378
1.01	Ativo Circulante	3.327.228	2.675.679	2.965.320
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	181.260	154.210	114.142
1.01.02	Aplicações Financeiras	727.891	819.951	699.899
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	727.891	819.951	699.899
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	727.891	819.951	699.899
1.01.03	Contas a Receber	1.823.687	1.284.849	1.542.157
1.01.03.01	Clientes	1.823.687	1.284.849	1.542.157
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	1.723.776	1.212.012	1.502.243
1.01.03.01.03	Contas a Receber - Acordos	99.911	72.837	39.914
1.01.04	Estoques	63.137	54.822	63.936
1.01.04.01	Almoxarifado	63.137	54.822	63.936
1.01.06	Tributos a Recuperar	129.898	170.519	413.197
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	129.898	170.519	413.197
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	19.378	33.965	232.668
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	110.520	136.554	180.529
1.01.07	Despesas Antecipadas	28.584	28.312	1.019
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	372.771	163.016	130.970
1.01.08.03	Outros	372.771	163.016	130.970
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.997	444	1.708
1.01.08.03.03	Outros Créditos	229.834	162.572	129.262
1.01.08.03.04	Ativo Financeiro Setorial, Líquido	140.940	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	8.263.031	8.018.372	8.338.058
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.197.708	2.271.364	2.565.247
1.02.01.03	Contas a Receber	19.900	42.561	15.163
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.900	42.561	15.163
1.02.01.06	Tributos Diferidos	499.851	278.878	804.160
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	499.851	278.878	804.160
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.677.957	1.949.925	1.745.924

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	445.283	475.337	461.485
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	40.780	49.500	52.303
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro da Concessão	1.980.753	1.386.931	1.181.937
1.02.01.09.09	Outros Créditos	81.575	38.157	50.199
1.02.01.09.10	Ativo Financeiro Setorial, Líquido	129.566	0	0
1.02.02	Investimentos	8.769	9.500	9.500
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	8.769	9.500	9.500
1.02.03	Imobilizado	11.100	14.580	6.109
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	11.100	14.580	6.109
1.02.04	Intangível	5.045.454	5.722.928	5.757.202
1.02.04.01	Intangíveis	5.045.454	5.722.928	5.757.202
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.045.454	5.722.928	5.757.202

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	11.590.259	10.694.051	11.303.378
2.01	Passivo Circulante	3.319.501	2.220.725	2.454.298
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.589	1.456	4.088
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.589	1.456	4.088
2.01.02	Fornecedores	1.561.434	1.154.993	1.382.369
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.561.434	1.154.993	1.382.369
2.01.03	Obrigações Fiscais	570.667	283.720	337.342
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	88.204	79.076	80.280
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.118	26.415	2.313
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	69.086	52.661	77.967
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	481.562	203.710	255.696
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	901	934	1.366
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	591.355	120.715	85.161
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	68.387	68.740	33.859
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	68.387	68.740	33.829
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	30
2.01.04.02	Debêntures	520.010	47.909	46.808
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.958	4.066	4.494
2.01.05	Outras Obrigações	426.348	468.369	475.319
2.01.05.02	Outros	426.348	468.369	475.319
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.858	78.730	64.920
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	2.478	1.408	760
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	88.601	99.943	103.792
2.01.05.02.06	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	60.252	11.241	81.805
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	40.279	42.633	48.279
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	230.880	234.414	175.763
2.01.06	Provisões	168.108	191.472	170.019
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	168.108	191.472	170.019
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	168.108	191.472	170.019

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02	Passivo Não Circulante	5.702.950	5.643.864	7.140.120
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.480.537	2.627.100	2.717.058
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	457.364	499.406	554.678
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	457.364	499.406	554.678
2.02.01.02	Debêntures	2.014.161	2.116.453	2.159.784
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	9.012	11.241	2.596
2.02.02	Outras Obrigações	2.922.906	2.701.356	4.107.914
2.02.02.02	Outros	2.922.906	2.701.356	4.107.914
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	10.535	3.669	2.738
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	2.818.793	2.553.170	3.963.808
2.02.02.02.08	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	0	0	2.705
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	15.731	14.004	25.649
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	720	1.114	19.980
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	66.085	66.085	66.085
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	11.042	63.314	26.949
2.02.04	Provisões	299.507	315.408	315.148
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	299.507	315.408	315.148
2.02.04.01.05	Provisão para Processos Judiciais e Outros	299.507	315.408	315.148
2.03	Patrimônio Líquido	2.567.808	2.829.462	1.708.960
2.03.01	Capital Social Realizado	1.257.629	1.257.629	1.157.629
2.03.02	Reservas de Capital	19.203	18.210	17.297
2.03.02.04	Opções Outorgadas	19.203	18.210	17.297
2.03.04	Reservas de Lucros	1.116.361	1.145.804	1.024.614
2.03.04.01	Reserva Legal	235.573	235.573	221.418
2.03.04.02	Reserva Estatutária	880.788	910.231	803.196
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.196.302	1.292.388	1.377.304
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.021.687	-884.569	-1.867.884

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.557.279	9.012.207	9.959.198
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.551.749	-8.718.588	-9.834.719
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-7.212.156	-5.045.555	-5.165.493
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-271.673	-251.096	-210.785
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-396.083	-517.026	-1.482.190
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-15.900	-19.795	-24.041
3.02.07	Pessoal e Administradores	-678.759	-506.531	-537.858
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-286.038	-337.746	-246.909
3.02.09	Serviços de Terceiros	-445.870	-456.759	-503.010
3.02.10	Material	-42.886	-46.209	-62.461
3.02.11	Custo de Construção	-582.995	-809.069	-831.115
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-80.580	-16.925	-39.163
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-28.967	-104.404	-73.577
3.02.16	Depreciação e Amortização	-470.528	-435.631	-450.918
3.02.17	Outros Custos	-39.314	-171.842	-207.199
3.03	Resultado Bruto	5.530	293.619	124.479
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.530	293.619	124.479
3.06	Resultado Financeiro	-201.905	15.999	-51.611
3.06.01	Receitas Financeiras	328.648	398.073	377.227
3.06.02	Despesas Financeiras	-530.553	-382.074	-428.838
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-504.882	-364.858	-416.274
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-25.671	-17.216	-12.564
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-196.375	309.618	72.868
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	64.628	-111.436	-17.854
3.08.01	Corrente	-85.708	-92.711	-661
3.08.02	Diferido	150.336	-18.725	-17.193
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-131.747	198.182	55.014
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-131.747	198.182	55.014
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,74258	1,11704	0,31010
3.99.01.02	PN	-0,81684	1,22874	0,34110
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,74258	1,11704	0,31010
3.99.02.02	PN	-0,81684	1,22874	0,34110

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-131.747	198.182	55.014
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-137.118	983.315	-1.091.959
4.02.01	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	0	0	-125.573
4.02.02	Reversão para o Resultado do Exercício da Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	0	0	15.119
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	0	0	37.554
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	-207.755	1.489.871	-1.544.029
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	70.637	-506.556	524.970
4.03	Resultado Abrangente do Período	-268.865	1.181.497	-1.036.945

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.938	777.122	332.354
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	807.267	1.306.778	1.247.540
6.01.01.01	(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	-131.747	198.182	55.014
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	470.528	435.631	450.918
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	-24.908	-19.406	-22.729
6.01.01.06	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-55.237	-116.240	15.119
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	104.734	36.635	61.298
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	94.646	142.275	130.167
6.01.01.09	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	382.156	275.193	306.814
6.01.01.10	Fundo de Pensão/Plano de Assistência - Deliberação CVM 695	282.517	319.207	246.088
6.01.01.11	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-67.835	-71.690	-104.975
6.01.01.12	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível de Concessão e Imobilizado	59.730	87.353	91.788
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-150.336	18.725	17.193
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outogadas	993	913	845
6.01.01.17	Ganho de Capital na Alienação de Ativos	-157.974	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-399.973	-234.236	-396.126
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-656.292	161.538	-189.198
6.01.02.02	Contas a Receber - Acordos	33.195	31.277	38.243
6.01.02.03	Almoxarifado	-8.315	9.114	-11.383
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	12.837	198.485	-185.376
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	36.183	47.312	-46.561
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-272	-27.293	-246
6.01.02.07	Devedores Diversos	-1.553	1.264	-39
6.01.02.08	Outros Créditos	-50.905	-67.905	-8.330
6.01.02.09	Ativo Financeiro Setorial, Líquido	-270.506	0	0
6.01.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	133	-2.632	957
6.01.02.11	Fornecedores	405.860	-227.376	319.285
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	41.271	42.595	172.589
6.01.02.13	Outros Tributos a Pagar	316.626	-46.107	-82.911

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.14	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	71.429	74.592	99.996
6.01.02.15	Obrigações Estimadas	-11.736	-7.515	5.550
6.01.02.16	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	49.011	-73.269	-44.656
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	-5.572	-22.535	-50.441
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-133.911	-120.562	-135.814
6.01.02.19	Outras Obrigações	-2.807	49.954	-16.980
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-224.649	-255.173	-260.811
6.01.03	Outros	-405.356	-295.420	-519.060
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívida)	-334.406	-251.902	-314.508
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-70.950	-43.518	-204.552
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-191.416	-592.584	-80.224
6.02.01	Adições para Ativos Financeiros e Intangíveis da Concessão	-571.321	-814.608	-871.867
6.02.02	Consumidores Participação Financeira	148.014	240.927	184.333
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-5.586.528	-5.115.439	-7.816.599
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	5.695.966	5.011.033	8.356.801
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	61.081	40.440	21.002
6.02.06	Alienação de Investimentos	3.600	0	0
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	57.772	45.063	46.106
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	216.528	-144.470	-300.940
6.03.01	Ingresso de Novos Empréstimos e Debêntures	569.397	17.020	1.371.091
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-68.655	-48.097	-608.319
6.03.03	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio	0	-6.592	-8.645
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-277.998	-51.803	-1.030.880
6.03.05	Custo de Empréstimos (Custos de Transação e Prêmios)	-2.182	-49.550	-16.749
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-4.034	-5.448	-7.438
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.050	40.068	-48.810
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	154.210	114.142	162.952
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	181.260	154.210	114.142

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.257.629	18.210	1.145.804	0	407.819	2.829.462
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.257.629	18.210	1.145.804	0	407.819	2.829.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	993	0	6.218	0	7.211
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	993	0	0	0	993
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Não Resgatados pelo Acionistas - Prescritos	0	0	0	6.218	0	6.218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-131.747	-137.118	-268.865
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-131.747	0	-131.747
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-137.118	-137.118
5.05.02.08	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-207.755	-207.755
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	70.637	70.637
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-29.443	125.529	-96.086	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	145.584	-145.584	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-49.498	49.498	0
5.06.06	Absorção do Prejuízo Líquido do Exercício com Parte da Reserva Estatutária	0	0	-29.443	29.443	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.257.629	19.203	1.116.361	0	174.615	2.567.808

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.157.629	17.297	1.024.614	0	-490.580	1.708.960
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.157.629	17.297	1.024.614	0	-490.580	1.708.960
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	913	0	-61.908	0	-60.995
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	913	0	0	0	913
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-69.012	0	-69.012
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Resgatados pelos Acionistas - Prescritos	0	0	0	7.104	0	7.104
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	198.182	983.315	1.181.497
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.182	0	198.182
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	983.315	983.315
5.05.02.08	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	1.489.871	1.489.871
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-506.556	-506.556
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	100.000	0	121.190	-136.274	-84.916	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	128.661	-128.661	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-43.745	43.745	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	14.155	-14.155	0	0
5.06.05	Reserva Estatutária	0	0	207.035	-207.035	0	0
5.06.06	Aumento de Capital com Parte da Reserva Estatutária	100.000	0	-100.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.257.629	18.210	1.145.804	0	407.819	2.829.462

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.057.629	16.452	1.395.536	0	744.201	3.213.818
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.057.629	16.452	1.395.536	0	744.201	3.213.818
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	845	-419.016	-49.742	0	-467.913
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	845	0	0	0	845
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-54.318	0	-54.318
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-419.016	0	0	-419.016
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Resgatados pelos Acionistas - Prescritos	0	0	0	5.114	0	5.114
5.04.10	Dividendos Mínimo Obrigatório - Complemento	0	0	0	-538	0	-538
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	107.946	-1.144.891	-1.036.945
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.014	0	55.014
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	52.932	-1.144.891	-1.091.959
5.05.02.06	Ativo Financeiro da Concessão (Atualização/Reversão)	0	0	0	0	-110.454	-110.454
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ativo Financeiro da Concessão (Atualização/Reversão)	0	0	0	0	37.554	37.554
5.05.02.08	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	80.200	-1.624.229	-1.544.029
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	-27.268	552.238	524.970
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	100.000	0	48.094	-58.204	-89.890	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	136.197	-136.197	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-46.307	46.307	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	9.892	-9.892	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Estatutária	0	0	138.202	-138.202	0	0
5.06.06	Aumento de Capital com Parte da Reserva Estatutária	100.000	0	-100.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.157.629	17.297	1.024.614	0	-490.580	1.708.960

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	14.428.392	12.594.362	15.274.531
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.795.938	11.680.672	14.359.111
7.01.02	Outras Receitas	130.039	121.546	123.468
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	582.995	809.069	831.115
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-80.580	-16.925	-39.163
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.612.186	-7.841.456	-9.005.126
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.531.836	-6.400.835	-7.472.097
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.040.822	-1.197.594	-1.288.775
7.02.04	Outros	-39.528	-243.027	-244.254
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-39.528	-243.027	-244.254
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.816.206	4.752.906	6.269.405
7.04	Retenções	-470.528	-435.631	-450.918
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-470.528	-435.631	-450.918
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.345.678	4.317.275	5.818.487
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	328.648	398.073	377.227
7.06.02	Receitas Financeiras	328.648	398.073	377.227
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.674.326	4.715.348	6.195.714
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.674.326	4.715.348	6.195.714
7.08.01	Pessoal	880.639	861.348	796.333
7.08.01.01	Remuneração Direta	558.431	516.325	505.291
7.08.01.02	Benefícios	286.038	318.381	246.423
7.08.01.03	F.G.T.S.	36.170	26.642	44.619
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.366.492	3.246.461	4.891.500
7.08.02.01	Federais	913.888	981.343	2.074.673
7.08.02.02	Estaduais	2.419.740	2.237.431	2.788.939
7.08.02.03	Municipais	32.864	27.687	27.888
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	558.942	409.357	452.867
7.08.03.01	Juros	530.553	382.074	428.838
7.08.03.02	Aluguéis	28.389	27.283	24.029

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-131.747	198.182	55.014
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	54.318
7.08.04.02	Dividendos	0	69.012	538
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-131.747	129.170	158

Relatório da Administração**Relatório da Administração 2014
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.**

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“AES Eletropaulo” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Perfil

A AES Eletropaulo é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BMF&Bovespa, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil.

Para atender à demanda de 6,7 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 6.152 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura formada por 152 subestações (sendo 140 estações transformadoras de distribuição, oito estações do sistema de distribuição e quatro estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos, de mais de 42 mil quilômetros, dos quais 1.847 km são linhas de subtransmissão, 2.558 km são redes de distribuição subterrâneas e 38.352 km referem-se a redes de distribuição aérea. A Companhia também possui mais de 202 mil transformadores de distribuição aéreos e subterrâneos.

Contexto Setorial

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº. 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse dos chamados custos “não gerenciáveis” pela ANEEL (Parcela A - encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os “custos gerenciáveis” da concessionária (Parcela B - despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos de um índice de ganho de produtividade, denominado “Fator X”.

No caso da AES Eletropaulo, a revisão tarifária ocorre a cada quatro anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido no contrato de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, a depreciação repassadas às tarifas e o custo médio de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. A próxima revisão tarifária ocorrerá em julho de 2015.

Relatório da Administração

Reajuste Tarifário 2014

A ANEEL, em 3 de julho de 2014, aprovou o reajuste tarifário de 2014 da Companhia de 9,06%, composto por reajuste econômico de +12,04% e componente financeiro negativo de 2,99%, aplicado a partir de 4 de julho de 2014, e que descontado o componente financeiro considerado no processo tarifário anterior, resultou em um efeito médio de 18,66% percebido por seus clientes.

O índice de reajuste tarifário aprovado incluiu:

- (i) a amortização dos 37,55% remanescentes do passivo regulatório formado em função da postergação, pela ANEEL, da data de aplicação da Terceira Revisão Tarifária Periódica (3RTP), de 4 de julho de 2011 para 4 de julho de 2012, no montante de R\$ 403 milhões; e
- (ii) a restituição de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente, no montante de R\$ 326 milhões.

São destacados abaixo os itens que compuseram o reajuste tarifário de 2014:

Reajuste Tarifário		
Parcela A	Encargos Setoriais	1,61%
	Energia Comprada	6,63%
	Encargos de Transmissão	2,21%
	Parcela A	10,45%
Parcela B		1,60%
Reajuste Econômico		12,04%
CVA Total		2,67%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		1,73%
Ajuste Financeiro da Revisão Tarifária de 2011		-4,08%
Restituição Ativo		-3,30%
Reajuste Total		9,06%
Efeito para o consumidor		18,66%

Restituição de Ativo Possivelmente inexistente - Decisões da ANEEL sobre o Pedido de Reconsideração e o Processo Específico

A Aneel, em reunião pública da sua Diretoria realizada em 17 de dezembro de 2013, deliberou sobre o processo específico para análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua 3RTP (Processo nº 48500.006159/2012-75 - "Processo Específico"), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente.

O Processo Específico foi instaurado por determinação da Diretoria da ANEEL em julho de 2012, para que a Superintendência de Regulação Econômica ("SRE") analisasse se seria devido ou não o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia, anteriormente à data da sua 3RTP, para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e, se esse fosse o caso, apurar o período de retroação e seu correspondente valor.

A Diretoria da ANEEL determinou o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626 milhões. Esse valor foi corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da sua devolução, em julho de 2014.

Em janeiro de 2014 a Companhia interpôs um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. A liminar foi concedida em favor da Companhia em 29 de janeiro de 2014.

Em julho de 2014, a Diretoria da Aneel manteve a decisão tomada em dezembro de 2013, que decidiu pela devolução das parcelas de remuneração e depreciação associadas ao ativo possivelmente inexistente em até quatro eventos tarifários.

Em Agosto de 2014, a Companhia deu início a discussão na esfera judicial para anular os Despachos ANEEL n.º 4.259/2013 e n.º 2.176/2014. Adicionalmente, a Companhia ingressou com pedido de liminar para suspender o componente financeiro negativo incluído na tarifa da Companhia em julho de 2014 até a decisão final da ação judicial.

Relatório da Administração

A liminar foi indeferida em 1ª instância e, em 02 de setembro de 2014, a Companhia ingressou com recurso de Agravo de Instrumento na 2ª instância, e obteve a decisão liminar que determinou à Aneel o recálculo das tarifas excluindo o componente financeiro negativo até o julgamento do mérito do recurso.

Em outubro de 2014, o Desembargador Relator suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do mérito do recurso de Agravo de Instrumento. Na ocasião o Desembargador Relator votou favoravelmente à Companhia pela manutenção da liminar, mas um dos Desembargadores Revisores requereu um prazo adicional para analisar os argumentos de ambas as partes, suspendendo temporariamente o julgamento.

Em dezembro, o Desembargador Relator determinou à Aneel a republicação das tarifas da Companhia, excluindo o componente financeiro de 3,3%, correspondente a 50% do valor do ativo possivelmente inexistente, que havia sido aplicado na tarifa homologada no dia 04 de julho de 2014. Em atendimento a essa determinação, em 05 de janeiro de 2015 a Aneel realizou Reunião de Diretoria e votou pela republicação das tarifas da Companhia, ocorrida no dia 08 de janeiro de 2015.

Neste ínterim, em 07 de janeiro de 2015, a ANEEL apresentou recurso ao Superior Tribunal de Justiça - STJ visando a suspensão dos efeitos da liminar concedida em favor da Companhia. Contudo, em 16 de janeiro de 2015, ao analisar o pleito da ANEEL, um dos ministros do STJ indeferiu o pedido de suspensão. A Aneel, em 10 de fevereiro de 2015, recorreu desta decisão ao Plenário do STJ, que é composto por todos os Ministros do Superior Tribunal. Não há prazo para o julgamento deste recurso.

Desta forma, a liminar obtida em 2ª instância continua válida e surtindo todos os seus efeitos. E não obstante os recursos da Aneel na 2ª instância e no STJ, que estão pendentes de julgamento, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e internos, entende que tem boas chances de êxito em relação à manutenção da liminar e ao mérito do caso.

Desempenho Operacional

Balanco energético¹

SUPRIMENTO (GWh)		FATURAMENTO (GWh)	
Itaipu	9.599	16.486	Residencial
Bilateral Tietê	11.108	13.134	Comercial
Bilateral Outros	-	5.281	Industrial
Proinfa	969	2.926	P.Público e Outros
Leilão (hídrico)	14.193	38	Consumo Próprio
Leilão (térmico)	7.388	902	Perda Transmissão
CCEE	515	5.005	Perda Distribuição
ENERGIA REQUERIDA			
43.772			

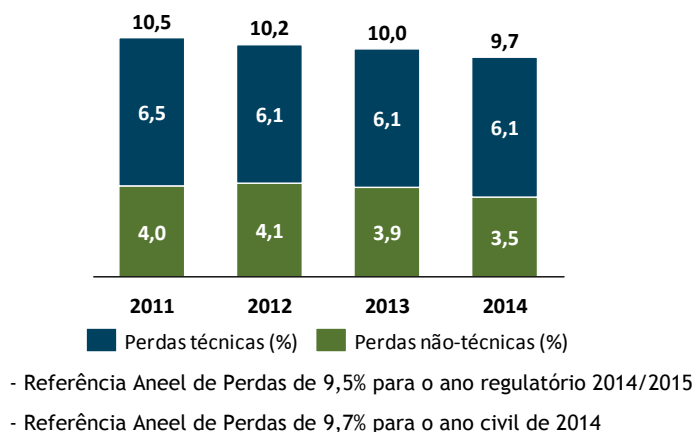
A AES Eletropaulo encerrou o ano de 2014 com um nível de contratação de 98,8%. A subcontratação de 2014 ocorreu principalmente devido: (i) ao cancelamento e ao atraso de entrada em operação comercial de usinas de contratos oriundos de leilões de energia nova (CCEARs); (ii) à insuficiência

¹ O balanço energético reflete os números do fechamento de 2014, informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em janeiro de 2015. Números demonstrados nas notas explicativas que constam nas Demonstrações Contábeis refletem os valores estimados pela Companhia à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

Relatório da Administração

de cotas decorrente da Lei nº. 12.783/2013; (iii) ao cancelamento do Leilão A-1 de 2012; e (iv) à frustração do Leilão A-1 de 2013 e do Leilão A-0 de 2014. Em função dessa subcontratação, a Companhia adquiriu energia no mercado de curto prazo, aumentando o custo com compra de energia. Essa exposição ao mercado de curto prazo é reconhecida pelo órgão regulador como involuntária, o que exime a distribuidora de penalidades e garante o repasse do custo para a tarifa.

Perdas (%) - (últimos 12 meses)

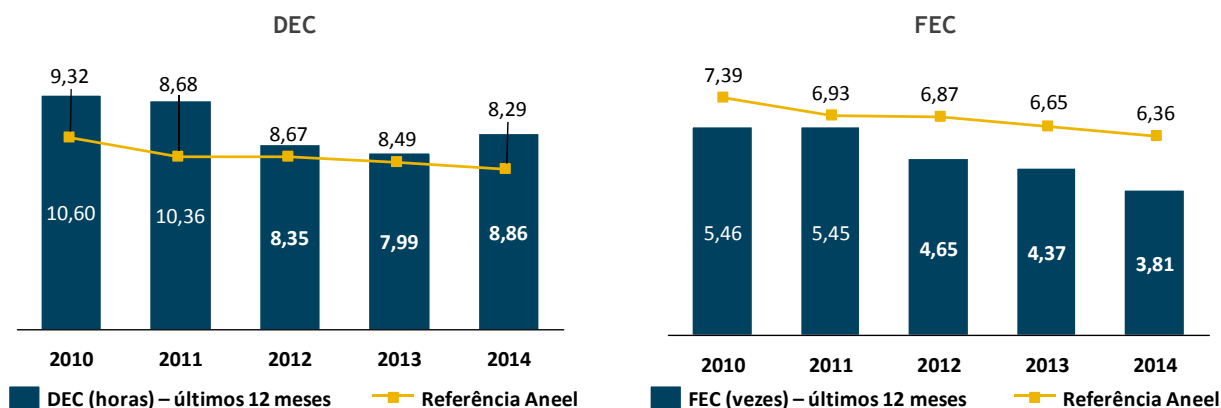


As perdas totais apresentaram redução de 0,34 p.p. quando comparado a 2013 em função das ações implementadas pela Companhia para redução da parcela não técnica, principalmente no segmento de baixa renda. A Companhia desde o final de 2011 executa um programa de mapeamento e cadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto pela legislação.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) inspeções de fraude; (ii) programa de recuperação de instalações cortadas; e (iii) regularização de ligações informais.

Em 2014, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 633 GWh, ante 564 GWh em 2013.

Indicadores de Qualidade



O indicador DEC atingiu 8,86 horas nos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2014, o que representa uma elevação 10,9% em relação a 2013 (7,99 horas). Esse desempenho reflete a maior incidência de eventos com ventanias significativas de até 100 km/h durante o período que, associado a chuvas e raios, fez com que um número incontável de galhos e objetos atingisse a rede elétrica, causando múltiplos danos à fiação, postes e aos demais equipamentos. Em apenas três dias foi registrada a queda de mais de 400 árvores na cidade de São Paulo, contribuindo para o aumento do DEC no período.

Relatório da Administração

O índice FEC dos últimos 12 meses foi de 3,81 vezes, uma redução de 12,7% em comparação a 2013 (4,37 vezes). Desde o ano de 2010, a Companhia reduziu o FEC em 30% e o DEC em 16%, reflexo das ações implementadas pela Companhia e investimentos em automação, manutenção e novas linhas e subestações, com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Em 2014, as penalidades pagas pela Companhia aos seus clientes por transgressões dos indicadores de DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 18,3 milhões, valor 2,0% superior ao registrado em 2013.

Satisfação do Cliente e Excelência no Atendimento

A combinação entre capacitação, implementação de novas tecnologias e a revisão de processos gerou uma redução de 42% no número de reclamações nos últimos três anos e de 35% no número de termos de notificação do PROCON no último Ranking Estadual de Reclamações Fundamentadas, publicado oficialmente em março de 2014, no qual a AES Eletropaulo registrou uma melhora de dez posições, passando da 11ª posição para a 21ª colocação. Em 2014, a Companhia atingiu 78,6% no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida - ISQP medido pela ABRADEE.

A satisfação do cliente é um dos direcionadores estratégicos do novo planejamento estratégico sustentável da AES Brasil. Em 2014, foram realizados investimentos na capacitação das equipes, na modernização dos canais de atendimento e, principalmente, na excelência dos nossos processos.

O Programa Jeito AES de Atender (JAAT), instituído em maio de 2013, é um programa de aculturação com foco no cliente, que busca um padrão no relacionamento em todos os pontos de interação por meio de três pilares fundamentais:

- Atender o cliente no primeiro contato;
- Tratamento da insatisfação de forma efetiva e no prazo; e
- Qualidade dos aspectos relacionados ao atendimento.

No primeiro ano (2013) foi trabalhada a sensibilização dos colaboradores, as diretrizes e as metas. Implementando ferramentas de controles como as Regras de Ouro e a Caminhada do Cliente, mais de 10.000 colaboradores próprios e terceirizados foram treinados no manual comportamental, na padronização do atendimento e no código de vestimenta.

Em 2014, veio a consolidação do Jeito AES de Atender através da abordagem da “Cultura de Serviços”. Mais de 8 mil colaboradores foram treinados para a importância da integração das áreas no processo de atendimento ao cliente, tanto para aqueles que atendem diretamente ou para aqueles que estão nos “bastidores”, mas que são responsáveis por tratar as demandas que vem do atendimento.

Dentre as iniciativas para a modernização dos canais de atendimento destacam-se: o projeto de “Humanização do Atendimento Eletrônico (URA)”, que disponibiliza aos clientes mais serviços com uma interação mais sociável e gentil, e a reformulação do atendimento presencial com a melhoria da infraestrutura e disponibilização de 53 terminais de autoatendimento, além de 67 telefones com chamada direta para o Call Center. A Companhia também inovou com a implementação da Ouvidoria 24x7, para os casos de emergência e demandas comerciais, antes disponível apenas no horário comercial. Além disso, lançamos o novo website, elaborado após uma extensa pesquisa de navegabilidade e usabilidade, disponibilizando aos clientes mais serviços com rapidez e facilidade.

No que tange a excelência dos processos, uma nova metodologia de análise das reclamações foi implementada, baseada em técnicas estatísticas do Six Sigma e focada na análise das causas raízes. O objetivo dessa iniciativa é evitar a reincidência de reclamação, revisando processos e sistemas, além de contribuir como um direcionador para o programa interno de treinamento dos atendentes, nos diversos canais.

Em 2014, implementamos no Call Center a ferramenta RTI (*Real Time Impact*) para automatização de procedimentos, agilização de serviços e garantia na padronização de scripts. O processo escolhido inicialmente foi o de análise de fatura onde o atendente consultava, em média, 22 telas elevando o TMA. Esse processo reduziu o TMA em 20%, aumentou o FCR (*First Call Resolution*) de 83% para 91%.

Humanização da URA da Central de Relacionamento Corporativo e Poder Público, com essa medida, proporcionou a retenção de 60% de clientes no canal a partir de fevereiro/14, o que não ocorria anteriormente. Dessa forma não há necessidade de interação humana com o cliente, que inclusive, poderá fazer sua solicitação através do Portal Corporativo.

Relatório da Administração

Implementação de campanhas ativas através de contatos com clientes que tiveram ordem de serviço, rejeitadas em campo. Os atendentes do Call Center contatam esses clientes, se antecipando e surpreendendo o cliente através do reenvio de sua solicitação. A mesma campanha é efetuada para clientes que fizeram solicitações via SMS e o sistema não pode identificar a necessidade, nesse caso o Call Center entra em contato com esse cliente para esclarecimentos sob a utilização do canal, bem como envio de solicitações.

Desempenho Comercial

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, as industriais, comerciais e de prestação de serviços. Além disso, a sua área de concessão possui a maior concentração populacional do país.

Atividade Comercial

Em 2014, o volume distribuído pela AES Eletropaulo atingiu 46.415,3 GWh, um crescimento de 0,4% em relação a 2013, impulsionado pelo desempenho positivo das classes residencial, comercial total (cativo e livre) e demais classes (cativo e livre) que cresceram 0,8%, 3,8% e 1,7%, respectivamente. Nesse período houve 1,1 dia a menos de faturamento (-108 GWh) e, se esse efeito fosse excluído, o mercado total cresceria 0,7%. O desempenho reflete as maiores temperaturas no 1T14 que ficaram em torno de 2,5°C acima da média histórica e estimularam o uso de aparelhos de climatização e ar-condicionado. Adicionalmente, o bom desempenho da atividade comercial no Estado de São Paulo no 1S14 e o crescimento de 1,3% da renda real na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)² em 2014 contribuíram para o aumento do consumo no período.

A classe industrial total (cativo e livre) apresentou retração de 5,1% em 2014, refletindo a menor atividade industrial na área de concessão da Companhia. O consumo da classe industrial impacta marginalmente o Ebitda da Companhia, dado que seus contratos se baseiam em demanda contratada e, na maior parte desses casos, não há margem associada ao volume de energia consumido.

Em 2014, o mercado livre registrou um consumo de 8.588,7 GWh, uma redução de 1,7% quando comparado a 2013, refletindo o desempenho da atividade econômica, principalmente no setor industrial, e da Copa do Mundo nos meses de junho e julho. Nesse período, o movimento de migração de unidades consumidoras para o ACL resultou em um acréscimo de 141 GWh no ACL. Desconsiderando o efeito da migração de clientes para o ACL, o mercado de clientes livres se reduziria 2,9%.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 14.509,0 milhões em 2014, um aumento de 15,0% quando comparada a 2013. Excluindo o reconhecimento do ativo regulatório líquido³, em dezembro de 2014, no montante de R\$ 270,5 milhões, a receita bruta do ano atingiu R\$ 14.238,5 milhões, um incremento de 12,9% em comparação aos R\$ 12.611,3 milhões registrados em 2013. Esse incremento é explicado, principalmente, pela: (i) maior receita de fornecimento no montante de R\$ 812,6 milhões; e (ii) pela venda de energia no curto prazo, superior em R\$ 803,9 milhões.

Como resultado das variações acima mencionadas, a receita operacional líquida da Companhia, excluindo o reconhecimento do ativo regulatório líquido, totalizou R\$ 10.286,8 milhões, um aumento de 14,1% quando comparado a 2013.

² Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

³ De acordo com a Orientação Técnica OCP 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, e com a assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que garante à AES Eletropaulo indenização, quando da extinção da concessão, dos valores registrados na Conta de Compensação dos Valores de Itens de "Parcela A" - CVA.

Relatório da Administração

R\$ milhões	2013	2014	Var (%) 2013 x 2014
Receita de Fornecimento	11.188,8	12.001,3	7,3%
Outras Receitas	1.422,5	2.237,1	57,3%
Ativos (Passivos) regulatório líquido	-	270,5	N.D.
Total Receita Bruta	12.611,3	14.509,0	15,0%
Total Receita Bruta ex- ativo regulatório líquido	12.611,3	14.238,5	12,9%
Deduções da Receita Bruta	(3.599,1)	(3.951,7)	9,8%
Receita Líquida*	9.012,2	10.286,8	14,1%

* Receita Líquida de 2014 exclui o reconhecimento do ativo regulatório líquido

Custos e Despesas Operacionais

Em 2014, as despesas operacionais apresentaram incremento de 27,1%, totalizando R\$ 9.498,2 milhões. As principais variações estão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	2013	2014	Var (%) 2013 x 2014
Parcela A	5.833,5	7.895,8	35,4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.296,7	7.483,8	41,3%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	517,0	396,1	-23,4%
Taxa de fiscalização	19,8	15,9	-19,7%
PMSO	1.640,4	1.602,4	-2,3%
Pessoal	844,3	964,8	14,3%
Pessoal	506,5	678,8	34,0%
Entidade de Previdência Privada	337,7	286,0	-15,3%
Serviços de Terceiros	456,8	445,9	-2,4%
Materiais	46,2	42,9	-7,2%
Outros	293,2	148,9	-49,2%
Total	7.473,9	9.498,2	27,1%

* Não inclui depreciação e custo de construção

Parcela A

A despesa com compra de energia elétrica aumentou em 41,3% em comparação a 2013, principalmente em função do maior volume de energia comprada (45.077 GWh em 2014 versus 43.539 GWh em 2013) e preço médio, tendo sido parcialmente compensada pelo repasse de recursos por meio da CDE e da Conta-ACR no montante de R\$ 1.296,9 milhões.

As despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram redução de 23,4% em 2014, principalmente em função do efeito positivo na liquidação pela CCEE no valor de R\$ 91,5 milhões em função de ajuste financeiro referente ao alívio retroativo do Encargo de Serviço de Sistema (ESS) e do recebimento de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva (CONER) determinado pela ANEEL (R\$ 373,0 milhões), parcialmente compensados pela maior despesa com uso da rede básica e ESS dado o repasse de recurso da CDE ocorrido em 2013 no montante de R\$ 420,3 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais, excluindo o fundo de pensão da Companhia, totalizaram R\$ 1.316,4 milhões, estável em relação ao registrado em 2013 (R\$ 1.302,7 milhões). Excluindo também os itens não gerenciáveis pela Companhia como PCLD, baixas, contingências, venda do Cambuci (impacto de R\$ 114 milhões em 2014) e outros eventos não recorrentes, as despesas operacionais gerenciáveis totalizariam R\$ 1.183,9 milhões, valor 6,3% superior ao registrado em 2013, principalmente em função do maior custo com pessoal, conforme será detalhado a seguir.

Pessoal

Em 2014, as despesas com pessoal e encargos apresentaram um aumento de 34,0% em comparação a 2013, totalizando R\$ 678,8 milhões. Essa variação se deve principalmente à alteração no critério de

Relatório da Administração

rateio de mão de obra própria entre Opex e Capex, no montante de R\$ 91,9 milhões. Desconsiderando esse efeito, o aumento das despesas com Pessoal seria de 15,9% no período, em função do reajuste de salários e benefícios e da reversão do passivo atuarial referente à Lei nº 9.656/98 (assistência médica pós-emprego), no montante de R\$ 19,4 milhões.

Em 2014, a despesa com entidade de previdência privada foi de R\$ 286,0 milhões, 15,3% inferior aos R\$ 337,7 milhões registrados em 2013, decorrente, principalmente, do aumento na taxa de desconto, refletindo as circunstâncias do mercado financeiro.

Pessoal - em R\$ milhões	2013	2014	Var (%) 2014 x 2013
Pessoal e Encargos	506,4	678,8	34,0%
Entidade de Previdência	337,7	286,0	-15,3%
Total	844,1	964,8	14,3%

Materiais e Serviços de Terceiros

Em 2014, as despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 488,8 milhões, uma redução de 2,8% em comparação a 2013. Essa variação é resultado dos custos não recorrentes registrados no 1T13 referente à rescisões contratuais e internalização de equipes de emergência.

Outras Despesas Operacionais

Em 2014, as outras despesas operacionais apresentaram uma redução de 49,2% em relação a 2013, totalizando R\$ 148,9 milhões, em função, principalmente, da reversão de PCLD realizada no período, no valor de R\$ 59 milhões, referente aos Termos de Confissão de Dívida (TCD), além da reversão da provisão, em 2013, da Prefeitura de Carapicuíba (R\$ 14 milhões) e de provisão trabalhista de contribuição social em 2014 (R\$ 21 milhões).

Outras Despesas Operacionais em R\$ milhões	2013	2014	Var (%) 2014 x 2013
PCLD e Baixas	16,9	80,6	376,1%
Provisão (Reversão) para contingências	104,4	29,0	-72,3%
Demais *	171,8	39,3	-77,1%
Total	293,2	148,9	-49,2%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Ebitda

Em 2014, o Ebitda Reportado foi de R\$ 476,1 milhões, ante um resultado de R\$ 729,3 milhões em 2013. Excluindo o efeito de R\$ 270,5 milhões relativo ao ativo regulatório líquido, o Ebitda em 2014 atingiu R\$ 205,6 milhões. A variação de R\$ 523,8 milhões menor que em 2013 ocorre em função (i) da exposição involuntária no 1S14 com custos com compra de energia maiores; (ii) devolução de R\$ 563,8 milhões referente à amortização do passivo regulatório formado em função da postergação da 3RTP; e (iii) R\$ 162,8 milhões referente à devolução do ativo possivelmente inexistente. Em 2014, a Companhia contabilizou os aportes de recursos da CDE e da Conta-ACR no montante de R\$ 1,3 bilhão, em comparação ao R\$ 1,1 bilhão contabilizado em 2013.

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: prejuízo líquido em 2014 (R\$ 131,8 milhões) e lucro líquido em 2013 (R\$ 198,2 milhões), acrescidos dos tributos sobre o lucro (R\$ 64,6 milhões em 2014 e R\$ 111,4 milhões em 2013), das despesas financeiras líquidas em 2014 (R\$ 201,9 milhões) e das receitas financeiras líquidas em 2013 (R\$ 16,4 milhões) e das depreciações e amortizações (R\$ 470,5 milhões em 2014 e R\$ 435,6 milhões em 2013) totalizando, conforme acima, R\$ 476,1 milhões em 2014 e R\$ 729,3 milhões em 2013.

Resultado Financeiro

Relatório da Administração

Em 2014, o resultado financeiro líquido foi uma despesa financeira de R\$ 201,9 milhões, ante uma receita financeira de R\$ 16,4 milhões em 2013. Essa variação é explicada, principalmente, como segue: (i) efeito líquido do CDI em função do aumento da taxa de juros e do maior saldo de dívida no período; (ii) reclassificação⁴, em 2014, de Provisão/Reversão para processos judiciais para a despesa financeira, no montante de R\$ 32,5 milhões; e (iii) atualização do valor justo dos ativos de concessão⁵, no montante de R\$ 61 milhões.

Resultado Líquido

Em 2014, a Companhia registrou um prejuízo líquido reportado de R\$ 131,8 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 198,2 milhões em 2013. Excluindo o efeito do reconhecimento de R\$ 178,5 milhões, líquido de IR/CSLL, relativo ao ativo regulatório líquido no valor de R\$ 270,5 milhões, o prejuízo líquido em 2014 foi de R\$ 310,4 milhões decorrente, principalmente: (i) da exposição involuntária no 1S14, com custo de energia elevado; (ii) devolução de R\$ 372,1 milhões referente à amortização do passivo regulatório; e (iii) R\$ 107,4 milhões referente à devolução do ativo possivelmente inexistente.

Remuneração aos Acionistas

Em função do resultado negativo apresentado em 2014 não há proposta de distribuição de dividendos, conforme tabela abaixo:

Remuneração aos Acionistas (R\$ milhões)	
Lucro Líquido do exercício - 31/12/2014	(131,7)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	96,1
Dividendos e JSCP prescritos	6,2
Constituição de reserva legal (5%)	-
Base para distribuição de dividendos	(29,4)
Dividendos intermediários já distribuídos	-
Juros sobre capital próprio já destinados	-
Dividendos propostos	-
Reserva estatutária	(29,4)

Endividamento

Para fins de análise deste relatório, e de acordo com os critérios utilizados para o cálculo dos contratos de dívida da Companhia, consideramos o saldo devedor com o fundo de pensão no valor de R\$ 1.270,8 milhões (excluindo o efeito do corredor).

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 4.342,7 milhões, um aumento de 9,6% em relação aos R\$ 3.960,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2013.

As disponibilidades somavam R\$ 909,2 milhões no encerramento do exercício, valor R\$ 65,0 milhões inferior ao mesmo período de 2013. Como resultado, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 3.433,5 milhões em 2014, um aumento de 15,0% quando comparada a 2013, em função, principalmente, de:

- (i) recebimento de parcela do 2º contrato com a FINEP, no montante de R\$ 29 milhões;
- (ii) 16ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 350 milhões; e
- (iii) redução de R\$ 65 milhões no saldo caixa.

Parcialmente compensados pelo:

⁴ A Companhia efetuou algumas reclassificações de contas relativas às demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As principais alterações foram: (i) atualizações monetárias e juros dos processos judiciais e outros da rubrica "Provisão/Reversão para processos judiciais e outros" para despesa financeira; (ii) variações monetárias ativas e passivas foram reclassificadas respectivamente para receita e despesa financeira, ficando apenas as variações cambiais separadas.

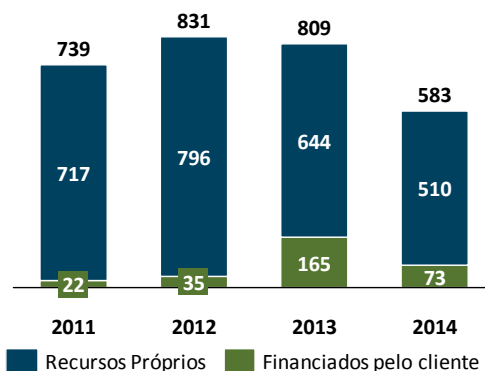
⁵ Investimentos que não serão totalmente depreciados até o final da concessão. Ver Nota Explicativa nº. 3 das Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração

- (iv) pagamento da 2ª parcela de amortização da 13ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 20 milhões, em maio de 2014;
- (v) pagamento da 2ª parcela de amortização do CCB com o Bradesco, no valor de R\$ 30 milhões, em novembro de 2014;

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida atrelada ao CDI, de R\$ 2.695,1 milhões, tinha um custo médio de CDI + 1,42% a.a., e passou para R\$ 3.009,0 milhões, a um custo médio de CDI + 1,43% a.a. em 31 de dezembro de 2014 em função, principalmente, da 16ª emissão de debêntures. Já o saldo remanescente da dívida de R\$ 1.250,3 milhões, basicamente atrelada a índice de preço, tinha um custo médio de IGPDI + 5,5% a.a. em 31 de dezembro de 2013 e o mesmo custo médio para o saldo de R\$1.321,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. O prazo médio da dívida em 31 dezembro de 2013 era de 6,1 anos, patamar superior ao prazo de 5,4 anos, de 31 de dezembro de 2014.

Investimentos



Em 2014, o volume de investimentos da Companhia atingiu R\$ 583,0 milhões, sendo que R\$ 510,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 72,6 milhões foram financiados pelos clientes.

Investimentos - R\$ milhões	2013	2014	Var (%) 2013x2014
Serviço ao Cliente e Expansão do Sistema	361,7	282,3	-21,9%
Confiabilidade Operacional	193,1	143,6	-25,6%
Recuperação de Perdas	23,2	8,9	-61,5%
Tecnologia da Informação	29,9	33,5	12,2%
Outros	36,6	42,0	14,9%
Total (c/ recursos próprios)	644,4	510,4	-20,8%
Financiado pelo cliente	164,7	72,6	-55,9%
Total	809,1	583,0	-27,9%

Principais Investimentos em 2014

Serviços ao Cliente e Expansão do Sistema

- Foram investidos R\$ 152,5 milhões para atender à adição de 153,4 mil novos clientes, dos quais 44,3 mil estão relacionados às regularizações de ligações ilegais.
- Foram investidos R\$ 129,9 milhões em obras de expansão beneficiaram aproximadamente 534 mil usuários no período.

Confiabilidade Operacional

Relatório da Administração

- Foram investidos R\$ 143,6 milhões, principalmente na manutenção de 2.260 km da rede e modernização da subtransmissão e redes subterrâneas.

Recuperação de Perdas

- Foram investidos R\$ 8,9 milhões, na regularização de 26,7 mil regularizações de ligações ilegais e na correção de 18,5 mil irregularidades por meio de inspeções de fraudes e anomalias.

Tecnologia da Informação

- Em 2014 foi investido um total de R\$ 33,5 milhões em tecnologia da informação.

Outros

- Foram investidos R\$ 42,0 milhões principalmente em muros, passeios e taludes e renovação da frota de veículos.

Financiado pelo Cliente

- Os investimentos financiados pelos clientes totalizaram R\$ 72,6 milhões e se referem principalmente à conversão e remoção de redes e alteamento de linhas de alta tensão.

Investimento Remunerável

O investimento remunerável, também denominado de Base de Remuneração, é constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial). Sobre ele foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL de 02/07/2012 e Despacho nº. 4.258 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta os valores da Base de Remuneração aprovada pela Aneel para o 3º ciclo em 2013, retroativos a 2011:

Componentes do Investimento Remunerável (R\$)	Revisão * jul/11	Reajuste jul/12	Reajuste jul/13	Reajuste jul/14
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	16.189.530.212,21	17.021.672.065,12	18.096.420.439,31	19.225.818.038,92
b1) (-) Depreciação Acumulada	10.347.767.122,93	10.879.642.353,05	11.566.582.971,22	12.288.453.414,45
b2) (-) Depreciação Acumulada %	63,90%	63,90%	63,90%	63,90%
c1) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Bruta	1.370.413.429,38	1.440.852.679,65	1.531.828.117,84	1.627.429.510,67
c2) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Líquida	1.196.630.700,25	1.258.137.518,25	1.337.576.321,15	1.421.054.459,35
d) Bens 100% depreciados	3.364.292.878,86	3.537.217.532,84	3.760.557.447,86	3.995.253.838,18
e) Terrenos e Serviços	313.831.954,63	329.962.917,10	350.796.775,69	372.690.002,46
f) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciável	11.140.991.949,34	11.713.638.935,53	12.453.238.097,92	13.230.444.687,61
g) (+) Almojarifado	31.500.064,06	33.119.167,35	35.210.311,58	37.407.787,12
h) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	4.676.632.453,09	4.917.011.361,17	5.227.471.458,52	5.553.717.952,24
i) (+) Investimento previsto no Xe	-	-	-	-
j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°)	1,0000	1,0514	1,0631	1,0624
k) cota de Depreciação - Taxa média Anual %	3,82%	3,82%	3,82%	3,82%
*) 3º ciclo de RTP - Junho de 2011				
Valores após reconhecimento pedido de reconsideração	a) valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos, Móveis e Utensílios e índice de aproveitamento.			
Valores extraídos Voto André Pepitone	Os valores de REAJUSTE foram corrigidos pelo IGPM (h) sem considerar adições, baixas e depreciação entre períodos.			

Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

Em 2014, a AES Eletropaulo investiu R\$ 23,3 milhões em inovação, pesquisa e desenvolvimento, dentro da sua estratégia de inovação, com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades.

Os principais projetos de 2014 estão se tornando programas permanentes, como o de Rede Inteligente (Smartgrid), com investimentos de R\$ 15,5 milhões no desenvolvimento e implementação de soluções de monitoramento, medição, supervisão, comunicação e inteligência na rede elétrica, integrando e levando os sistemas da Companhia a um novo patamar tecnológico.

Relatório da Administração

Foram também realizados projetos de linhas de transmissão, meio ambiente, soluções técnicas de redes de distribuição, otimização de atividades e processos, novos conceitos, metodologias e equipamentos.

Programa de Eficiência Energética

Alinhado com a estratégia de sustentabilidade, o Programa de Eficiência Energética da AES Eletropaulo busca reduzir o desperdício de energia elétrica nos clientes da Companhia por meio do acesso seguro e regular de energia em comunidades de baixa renda - no âmbito do programa Transformação de Consumidores em Clientes - e da eficiência de máquinas e equipamentos em clientes públicos e corporativos. Em 2014, foram investidos R\$ 47,6 milhões, dos quais R\$ 16,3 milhões em projetos diversos e R\$ 31,3 milhões no programa Transformação de Consumidores em Clientes.

No programa Transformação de Consumidores em Clientes objetiva-se a regularização de ligações informais por meio do fornecimento seguro e confiável de energia em comunidades de baixa renda.

Nos demais projetos do programa de eficiência energética, foram contemplados um hospital e administrações de prefeituras municipais, com a implementação de melhorias tecnológicas como a substituição de equipamentos nos sistemas de iluminação, climatização e refrigeração. Destaque para o projeto de instalação de uma microgeração de energia fotovoltaica na sede do Governo do Estado de São Paulo, trazendo economia de energia e de manutenção ao edifício e tornando-o mais sustentável.

Segurança

Os Programas de Segurança da Companhia são baseados nas diretrizes globais da The AES Corporation ("AES Corp") e no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO).

Os requisitos do SGSSO estão de acordo com as especificações da Norma OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series), uma norma internacional com foco na saúde e segurança do trabalho, voltada à preservação da integridade física e saúde dos colaboradores e parceiros, por meio de práticas de mitigação de riscos em atividades e instalações. Como resultado da aderência do nosso Sistema de Gestão de Saúde e Segurança recebemos, em 2012, a Certificação OHSAS 18001.

Em 2014 foi realizada a auditoria de manutenção (de forma integrada com o Sistema de Gestão de Meio Ambiente) pela certificadora ABS Quality, cujo resultado foi o de "zero não conformidade".

Em 2014, a AES Eletropaulo investiu R\$ 14,8 milhões e deu continuidade ao conjunto de ações para manter a melhoria contínua dos índices de saúde e segurança, colhendo resultados significativos. A continuidade das práticas previstas no Programa de Segurança foi efetiva, alcançando-se uma redução de 17% no número de acidentes com e sem afastamento com colaboradores próprios e colaboradores terceirizados. Não foram registradas fatalidades com colaboradores próprios ou contratados da companhia.

A Companhia também mantém quatro comitês formais de segurança: o Comitê de Segurança do Trabalho AES Brasil, o Comitê de Segurança do Trabalho da AES Eletropaulo, o Comitê Regional AES Eletropaulo e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), todos com representação dos interesses de 100% dos colaboradores.

Em Novembro de 2014, a AES Eletropaulo foi reconhecida com o 3º lugar no Prêmio Eloy Chaves (prêmio latino americano). Este prêmio reconhece a excelência nos programas de gestão de segurança da companhia.

A AES Eletropaulo também ganhou duas medalhas de ouro no Rodeio Nacional de Eletricistas de Distribuição. As medalhas de ouro foram conquistadas nas categorias "substituição de isoladores" e "destreza com bastão"

Segurança com a População

Para evitar acidentes com a população, a AES Eletropaulo promove diversas campanhas e programas de conscientização com parte do Movimento Viva sem Acidentes. Em 2014, foram intensificadas as palestras de segurança nas comunidades e em empresas, a realização de *Blitze* com a população e treinamentos voltados aos trabalhadores da construção civil.

Relatório da Administração

O projeto também tem como ferramenta a realização de campanhas de conscientização nas emissoras de TV aberta e rádios para informar os riscos e qual é o comportamento mais seguro na hora de executar atividades próximas à rede elétrica.

A companhia investiu R\$ 4,2 milhões em 2014 para levar informação à população de baixa renda, público com o maior índice de acidentes. Em 2014, houve 10 acidentes fatais com a população, contra 18 em 2013. As ações de conscientização sobre os riscos continuarão em 2015.

Excelência na Gestão

Desde que o seu Planejamento Estratégico Sustentável 2012-2016 foi lançado, o Grupo AES Brasil passou por mudanças em seu contexto de atuação. As alterações no ambiente econômico, político e setorial evidenciaram a necessidade de revalidar o Planejamento Estratégico Sustentável para os anos de 2015 a 2019.

Simplificação e foco foram os grandes direcionadores da nova estratégia, formada por objetivos de longo prazo, direcionadores estratégicos e compromissos do negócio. Uma estratégia que tem como base os seus principais Ativos Intangíveis e os Valores do Grupo.

Direcionadores Estratégicos	Compromissos de negócio
Satisfação do cliente	Garantir excelência dos serviços prestados com ética e respeito ao cliente
Desenvolvimento de negócios	Crescer com soluções sustentáveis de energia
Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução	Maximizar valor antecipando e reduzindo riscos e impactos econômicos, sociais e ambientais
Engajamento dos públicos de relacionamento	Promover avanços no setor, educar a população para o consumo consciente e desenvolver colaboradores, parceiros e comunidades

Com o amadurecimento e avanços conquistados em termos de pensamento integrado e entendimento da relação entre sustentabilidade e negócios e em função dos desafios trazidos pelas mudanças de cenários climático e regulatório, a alta gestão da AES Brasil decidiu dar um passo muito importante. De forma a tornar mais tangível a integração dos temas sociais, ambientais e de governança, os principais aspectos da Plataforma de Sustentabilidade foram incorporados ao Planejamento Estratégico Sustentável 2015-2019.

O novo planejamento surge, portanto, para oferecer a todos os públicos de relacionamento da companhia uma estratégia unificada e consistente para que a AES Brasil avance em direção à sua nova visão a partir de 2015 e para que possa gerar valor compartilhado a todos. O acompanhamento de indicadores estratégicos é realizado periodicamente em fóruns de performance e reuniões com gestores e lideranças, em que são tomadas decisões visando ao cumprimento de metas estabelecidas.

A empresa se baseia no Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) como um dos pilares da estratégia, ligado ao direcionador Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução. A partir do MEG, diversos processos da Companhia são revisados anualmente para avaliar o grau de maturidade da gestão da Companhia e definir ações para a melhoria dos processos. Como base para este diagnóstico é feita uma avaliação dentro do ciclo do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), uma iniciativa da FNQ que reconhece as empresas de classe mundial, consideradas como detentoras das melhores práticas de gestão.

Este relatório apresenta alguns dos principais resultados da AES Eletropaulo nos temas de sustentabilidade da Plataforma de Sustentabilidade, no último ano de seu acompanhamento.

Relacionamento com o Público Interno

Com o objetivo de atrair, desenvolver e reter seus talentos, as empresas do Grupo AES Brasil buscam proporcionar aos seus colaboradores um ambiente de trabalho ético e inclusivo, que valorize a diversidade e que promova o desenvolvimento pessoal e profissional, por meio da educação para a sustentabilidade e da aplicação de critérios que valorizem seus compromissos.

Relatório da Administração

Diariamente, a AES Eletropaulo mantém atenção especial voltada para seus colaboradores. A empresa busca criar mecanismos de incentivo e valorização que proporcionem eficiência, satisfação profissional e qualidade de vida.

Em 2014, teve continuidade o processo de desenvolvimento dos 6.152 colaboradores da AES Eletropaulo com o objetivo de fazer o profissional se sentir realizado com o que faz e ter a consciência de que seu trabalho traz benefícios para a sociedade. As políticas de desenvolvimento de carreira, que incluem os processos de educação continuada, estágio, reconhecimento, cursos de idiomas, participação em cursos e seminários, além do programa Siga Livre, que permite mobilidade de cargos e funções dentro da empresa, norteiam o enfoque desse trabalho.

O diálogo com a alta direção é garantido pelo Pé Na Estrada, programa que coloca o principal executivo da Companhia, seu Diretor Presidente, em uma conversa aberta e direta com os colaboradores, com o objetivo de apresentar os resultados do ano anterior, a estratégia para o próximo período, o plano de investimentos e as metas a serem perseguidas.

Uso eficiente de Recursos Naturais

A AES Eletropaulo conta com o Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”) certificado desde 2000 segundo os requisitos da Norma ISO 14001. Em 2014 foi realizada a auditoria de manutenção (de forma integrada com o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho) pela certificadora ABS Quality, cujo resultado foi o de “zero não conformidade”. O SGA tem como principal foco as ações de prevenção, correção, mitigação e controle de impactos ambientais, oferece uma sistemática de melhoria contínua por meio do desenvolvimento de objetivos, metas e programas de gestão, padronizando, assim, os processos e as atividades da Companhia, especialmente as que oferecem maiores riscos ao meio ambiente, de acordo com as premissas do seu planejamento estratégico sustentável.

O sistema também trata de temas que envolvem gestão de fornecedores de serviços e materiais, levando em consideração questões relacionadas ao atendimento da legislação ambiental e das políticas da Companhia, além de prevenção de impactos e acidentes. Outro ponto de atenção do SGA são os impactos que as atividades da AES Eletropaulo causam nas comunidades da sua área de concessão. Todas essas ações são direcionadas pela política de sustentabilidade do grupo AES Brasil, que promove uma atuação em consonância com a legislação ambiental vigente e em respeito aos recursos naturais.

Em 2014, a AES Eletropaulo destinou R\$ 96,2 milhões para ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos, remediações ambientais e auditorias ambientais junto aos fornecedores.

Desenvolvimento e Valorização de Comunidades

Com o objetivo de promover a melhoria contínua da atuação social e de garantir o máximo alinhamento com a estratégia de negócios e com a Política de Sustentabilidade, a relação e os compromissos da AES Brasil com as comunidades são pautados pelo Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa (SGRSC), que atendem às normas e aos padrões externos aplicáveis aos negócios do Grupo AES no Brasil, como ISO 26.000 e AA 1.000.

As iniciativas voltadas para as comunidades estão agrupadas em quatro pilares da Política de Investimento Social Privado (alinhadas ao modelo de criação de valor da empresa fundamentado no Planejamento Estratégico Sustentável): Educação, Cultura, Esporte e Saúde; Capacitação Profissional Inclusiva; Acesso à Energia e Eficiência Energética; Influência Social. O sistema de avaliação é composto por indicadores de gestão das atividades, de medição de impacto sobre o público atingido e de investimento por projeto, além da realização de pesquisas de opinião junto aos beneficiados para colher os feedbacks de satisfação e de atendimento às expectativas de cada público. Essa metodologia foi ampliada para alguns dos projetos sociais do programa Consumo Mais Inteligente.

Em 2014, foram investidos e destinados R\$ 90,3 milhões, dos quais R\$ 52,5 milhões com recursos incentivados e R\$ 37,8 milhões com recursos próprios em ações sociais. Mais informações sobre o tema podem ser conhecidas no Relatório de Sustentabilidade da AES Eletropaulo.

Reconhecimentos

Relatório da Administração

- *Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - BM&FBovespa*: a AES Eletropaulo integrará em 2015, por mais um ano, a carteira do índice que reúne as empresas com práticas mais sustentáveis da Bolsa. A AES Eletropaulo faz parte do índice desde 2005, quando foi criado;
- *Troféu Transparência*: a Companhia recebeu o reconhecimento da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) pela qualidade e transparência de suas demonstrações financeiras;
- *Prêmio Carta Capital*: 1º lugar no ranking do setor de energia na categoria “Empresas Mais Admiradas do Brasil”;
- *Medalha Eloy Chaves 2014*: 3ª melhor empresa em saúde e segurança do trabalho na categoria Distribuidoras com mais de 2.000 colaboradores - Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE);
- *Instituto Brasileiro de Marketing de Relacionamento (IBMR)*: Prêmio ABT nas categorias Atendimento Técnico e Gestão de Qualidade;
- *PR Newswire*: 13ª empresa mais sustentável segundo a mídia.

Além dos reconhecimentos individuais, a AES Eletropaulo contribuiu significativamente para outros importantes reconhecimentos para o grupo AES Brasil focados em inovação e sustentabilidade:

- *Guia Exame de Sustentabilidade*: melhor empresa do setor energético e destaque em Relação com Clientes;
- *Prêmio ECO 2014*, categoria ELIS (Estratégia, Liderança e Inovação para a Sustentabilidade) - Amcham Brasil;
- *Prêmio IBEF de Sustentabilidade na categoria Governança Corporativa* - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF);
- *Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas* - Negócios da Comunicação;
- *17ª posição entre as empresas mais inovadoras do Brasil e segundo lugar na categoria Estratégia Empresarial e Inovação* - Revista INFO Exame;
- *Prêmio TOP de Sustentabilidade* - ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil).

Governança Corporativa

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa desde 2004 e foi a sétima Companhia a se comprometer com o seu regulamento. Seguindo as regras do Nível 2, a Companhia disponibiliza suas demonstrações contábeis em inglês e concede tag along de 100% para os acionistas detentores de ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PN). Além disso, as ações preferenciais possuem direito a voto em algumas matérias, é prevista adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários e a obrigatoriedade de possuir pelo menos 20% de membros independentes no seu Conselho de Administração.

Desde 2005 a Companhia integra a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da The AES Corporation, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles internos à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis de companhias que negociam ações no mercado norte-americano.

Estrutura Societária

Em dezembro de 2014, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.257,6 milhões, representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.172.060 ações (56,3% do total). Ao final do exercício, a Companhia contava com aproximadamente 66 mil acionistas.

Relatório da Administração

AES Eletropaulo						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	0	0,0%	51.825.798	31,0%
União Federal	13.342.384	20,0%	258	0,0%	13.342.642	8,0%
Cia Brasileira de Energia	0	0,0%	7.434.410	7,4%	7.434.410	4,4%
BNDES	1	0,0%	568.976	0,6%	568.977	0,3%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	92.735.426	92,1%	94.172.060	56,3%
Total	66.604.817	100,0%	100.739.070	100,0%	167.343.887	100,0%

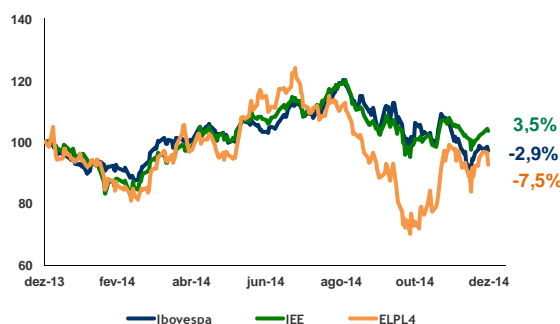
Mercado de Capitais

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL3 (ordinárias) e ELPL4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs negociadas no Nível I do mercado de balcão norte-americano (OTC), sob o código EPUMY.

Em 2014, a ação ELPL4 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de aproximadamente 678 mil negócios, envolvendo cerca de 230 milhões de ações preferenciais e com volume médio diário de R\$ 8,3 milhões no mercado à vista. No ano, as ações preferenciais da AES Eletropaulo sofreram queda de 7,5%. No mesmo período, o índice Bovespa caiu 2,9% e o IEE subiu 3,5%.

AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE

Base 100



Serviços de Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2014, a AES Eletropaulo utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria e consultoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes dos contratos desses serviços encontram-se abaixo:

- (i) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados dos Custos Variáveis da Parcela A (CVA) de acordo com a NBC-TSC-4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis e procedimentos estabelecidos pela Aneel. Data da contratação: 02 de junho de 2014.
- (ii) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) de acordo com a NBC-TSC-4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis e procedimentos estabelecidos pela Aneel. Data da contratação: 02 de junho de 2014.
- (iii) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados do Relatório de Controle Patrimonial (RCP) em atendimento do inciso II, artigo 4º da Resolução Normativa ANEEL 367. Data da contratação: 02 de junho de 2014.

Relatório da Administração

(iv) Natureza do serviço: asseguração limitada (verificação independente) sobre as informações do relatório de sustentabilidade da Companhia, referentes ao ano calendário de 2014, segundo as diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI). Data da contratação: 16 de julho de 2014.

(v) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 10 de abril de 2014.

(vi) Natureza do serviço: Verificação do preenchimento da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ. Data da contratação: 14 de maio de 2014.

O valor total dos serviços descritos acima somam R\$ 182.878,34 (cento e oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos) e equivale a 42,39% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Todos os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2015.

Relatório da Administração

Balanco Social



Balanco Social Anual / 2014

Empresa: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	10.557.279			9.012.207		
Resultado operacional (RO)	5.530			293.619		
Folha de pagamento bruta (FPB)	678.759			506.531		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	62.054	9,14%	0,59%	55.663	10,99%	0,62%
Encargos sociais compulsórios	131.583	19,39%	1,25%	116.517	23,00%	1,29%
Previdência privada	286.038	42,14%	2,71%	337.746	66,68%	3,75%
Saúde	60.932	8,98%	0,58%	53.082	10,48%	0,59%
Segurança e saúde no trabalho	14.798	2,18%	0,14%	12.640	2,50%	0,14%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.618	0,53%	0,03%	3.973	0,78%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	1.379	0,20%	0,01%	1.322	0,26%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	70.431	10,38%	0,67%	65.745	12,98%	0,73%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	630.833	92,94%	5,98%	646.688	127,67%	7,18%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	14.197	256,74%	0,13%	20.099	6,85%	0,22%
Cultura	3.390	61,30%	0,03%	3.565	1,21%	0,04%
Saúde e saneamento	704	12,74%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Esporte	1.441	26,06%	0,01%	1.885	0,64%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	70.542	1275,63%	0,67%	87.639	29,85%	0,97%
Total das contribuições para a sociedade	90.276	1632,47%	0,86%	113.188	38,55%	1,26%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.387.976	43182,21%	22,62%	2.375.071	808,90%	26,35%
Total - Indicadores sociais externos	2.478.252	44814,68%	23,47%	2.488.259	847,44%	27,61%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da e	44.124	797,91%	0,42%	28.430	9,68%	0,32%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	52.042	941,09%	0,49%	57.260	19,50%	0,64%
Total dos investimentos em meio ambiente	96.167	1739,00%	0,91%	85.690	29,18%	0,95%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período	6.152			6.208		
Nº de admissões durante o período	562			953		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.798			9.293		
Nº de estagiários(as)	26			35		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	987			980		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.060			1.092		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16,48%			17,29%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.454			1.363		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,98%			6,11%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	76			66		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	87,97			96,25		
Número total de acidentes de trabalho	57			52		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 32.059(**)	no Procon 4.432	na Justiça 4.077	na empresa 27.778	no Procon 3.592	na Justiça 3.138
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça -	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 4.674.326			Em 2013: 4.715.348 (*)		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	72,02% go verno 18,84% colaboradores(as) -2,82% acionistas 11,96% terceiros			68,85% go verno 18,27% colaboradores(as) 4,20% acionistas 8,68% terceiros		
7 - Outras Informações						

(*) alteração no valor devido a algumas reclassificações realizadas no ano corrente

(**) As reclamações "na empresa" contabilizam apenas o controle da Ouvidoria.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia S.A. (“Brasileira”). A Brasileira por sua vez é uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 27, faturou com fornecimento de energia 37.827 GWh e 37.474 GWh nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, atendendo a aproximadamente 6,7 milhões de unidades consumidoras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente (vide nota explicativa 34.4 (b.4)).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 9 de fevereiro de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas

Notas Explicativas

opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Reclassificações no resultado financeiro

A Companhia, para uma melhor apresentação, reclassificou as variações monetárias ativas e passivas para as rubricas de receita e despesa financeira, respectivamente, ficando apenas as variações cambiais em separado. Com o intuito de propiciar melhor comparabilidade das informações, a mesma reclassificação foi efetuada nas demonstrações do resultado e do valor adicionado referentes ao exercício de 2013. Todavia, os montantes reclassificados não são relevantes.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições. Os principais ativos financeiros da Companhia estão descritos abaixo. Por sua relevância, o ativo financeiro da concessão e o ativo financeiro setorial, líquido, estão descritos nas notas explicativa nºs 3.3 e 3.19, respectivamente.

Notas Explicativas

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve nenhuma alteração no valor justo.

(b) Consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber (incluindo contas a receber de acordos)

A Companhia classifica os saldos de consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber, como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”). Os recebíveis podem ser reduzidos por ajuste por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica. Incluem ainda os saldos referentes ao uso do sistema de distribuição por clientes livres e de energia vendida no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, demonstrada na nota explicativa nº 10, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão deduzindo as rubricas do ativo que as originaram – vide notas explicativas nºs 5, 6, 8 e 9. O critério utilizado atualmente pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

Consumidores

- Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;

Notas Explicativas

- Classe industrial e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

Serviços Prestados/Acordos/Outros Créditos

Os acordos de parcelamento de consumidores inadimplentes “Termo de Confissão de Dívida - TCD” são provisionados pelo seu valor total, independente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, e são revertidos quando da ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) recebimento do valor de cada parcela negociada, sendo a reversão proporcionalmente realizada de acordo com o valor recebido e (ii) o montante amortizado for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos, sendo a reversão total do valor ainda em aberto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também, análise individual de contas julgadas de difícil recebimento pela Administração.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito na rubrica de “Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa”.

(d) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são analisados, em bases anuais, para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

(e) Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia mantém esse ativo financeiro e reconhece um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Almoxarifado

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Estes estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas distribuição.

Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão da Companhia são classificados como intangíveis em curso.

Notas Explicativas

3.3 Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível da concessão)

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis.

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios sobre o investimento realizado, os quais são incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquelas datas não havia diferença entre essas taxas.

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo intangível da concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais

Notas Explicativas

de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão apresentados na nota explicativa nº 30.

3.4 Imobilizado – arrendamento mercantil financeiro

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor.

O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se existe um indicador de perda de valor recuperável, a Companhia efetua um teste de recuperação do valor contábil. A Companhia não possui ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação anual dos valores registrados.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

3.6 Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Notas Explicativas

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Conforme descrito na nota explicativa nº 34.2, a Companhia classifica fornecedores, empréstimos e financiamentos, subvenções governamentais, encargos tarifários e do consumidor a recolher, e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não identificou nenhum derivativo embutido em seus contratos.

3.9 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Notas Explicativas

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

3.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reconhece um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Notas Explicativas

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.11 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas (taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc) revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial.

O ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CESP). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

Notas Explicativas

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia não havia ajustes significativos decorrentes de valor presente de ativos ou passivos.

3.15 Distribuição de dividendos

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

Com a conversão da MP 627/2013 na Lei nº 12.973/2014, algumas controvérsias sobre tributação de dividendos foram mitigadas e, de acordo com o artigo 72 desse dispositivo legal, bem como artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.492/2014 que alterou o artigo 28 da Instrução Normativa RFB nº 1.397/2013, os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 01/01/2008 e 31/12/2013, em valores superiores àqueles obtidos com base nas antigas regras contábeis, estarão ainda isentos, independentemente de opção pela aplicação antecipada da lei ou da data de sua distribuição.

Em relação ao ano calendário de 2014, a Administração da Companhia, suportada por pareceres legais externos, entende que não há obrigatoriedade da tributação de eventual excesso do lucro líquido ajustado, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em relação aos resultados fiscais. Desta forma, o pagamento de dividendos está baseado nas regras contábeis e societárias vigentes, não havendo tributação quando da sua distribuição.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Notas Explicativas

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

3.16 Pagamento baseado em ações

A The AES Corporation mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos funcionários da Companhia. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da The AES Corporation.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Contratos de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS11) Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas

Notas Explicativas

correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

3.18 Contratos de arrendamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Nos contratos de arrendamento mercantil classificados como “operacional”, pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.19 Ativo e passivo financeiro setorial (anteriormente denominado de “Ativos e passivos regulatórios”)

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

O reconhecimento dos ativos/passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo reajuste tarifário. O saldo por ciclos pode ser verificado na nota explicativa nº 35.

Em 9 de dezembro de 2014, através da Deliberação CVM nº 732, o Comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08, tornando obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a

Notas Explicativas

receber ou a pagar. Desta forma, a Companhia passou a reconhecer a partir de 10 de dezembro de 2014 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou o saldo de ativo financeiro setorial líquido de R\$ 270.506 em contrapartida à receita operacional líquida (vide nota explicativa nº 27).

3.20 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.21 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3.22 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

Notas Explicativas

(a) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O plano de contribuição definida não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

Em relação ao plano de benefício definido, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais e quando necessário, em períodos intermediários, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

De acordo com o pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido.

Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Fundação CESP testa, anualmente, a aderência da tabela de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

De acordo com o pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

Notas Explicativas

(b) Amortização do ativo intangível da concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

(c) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

(d) Provisão para processos judiciais e outros

De acordo com a nota explicativa nº 3.6, a Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

(e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 3.5). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração estima que os valores contábeis serão recuperados através de suas operações futuras.

(f) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões

Notas Explicativas

baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota explicativa nº 3.1 (c).

(h) Ativo financeiro da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. O valor desse ativo financeiro é calculado com base na Base de Remuneração homologada pela ANEEL. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, cujo fluxo de caixa é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Dessa forma nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

(i) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 34.

Notas Explicativas

(j) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

3.23 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

Diversas normas entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não havendo mudanças significativas na sua adoção, com exceção à OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, que foi aplicada prospectivamente a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (vide nota explicativa nº 3.19), e à OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, também aplicada no referido exercício.

Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

- Revisão da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e alterações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas e IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
- Alterações às IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, alterações às IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas, e alterações à IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010 – 2012 e Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2011 - 2013.

Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Notas Explicativas**4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Caixa e equivalentes de caixa:	2014	2013
Numerário disponível	6.859	7.132
Numerário em trânsito	113.975	55.897
CDB-DI (i)	15.106	-
Operação compromissada (i)	45.320	91.181
Subtotal	181.260	154.210

Investimentos de curto prazo:	2014	2013
CDB-DI (i)	198.512	84.422
Operação compromissada (i)	466.747	695.979
Títulos públicos (ii)	62.209	39.360
Fundo de investimento (i)	423	190
Subtotal	727.891	819.951
Total	909.151	974.161

(i) Certificados de depósitos bancários, fundo de investimentos e operações compromissadas foram remunerados em média, a 100,76% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (101,64% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

(ii) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

2014						
Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD ^(*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
<u>CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - fornecimento:</u>						
Residencial	209.975	217.640	34.987	462.602	(49.626)	412.976
Industrial	48.602	30.516	13.183	92.301	(6.109)	86.192
Comercial	179.243	51.411	2.084	232.738	(11.099)	221.639
Rural	89	28	21	138	-	138
<u>Poder público:</u>						
Federal	2.698	2.239	179	5.116	(291)	4.825
Estadual	10.407	1.732	107	12.246	(4)	12.242
Municipal	13.618	3.325	1.863	18.806	(82)	18.724
Iluminação pública	15.363	785	253	16.401	-	16.401
Serviço público	18.476	257	5.944	24.677	(963)	23.714
Total - Faturado	498.471	307.933	58.621	865.025	(68.174)	796.851
Não faturado	587.482	-	-	587.482	-	587.482
Total	1.085.953	307.933	58.621	1.452.507	(68.174)	1.384.333
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Energia no curto prazo - CCEE	330.769	-	-	330.769	-	330.769
Encargos de uso da rede	60	-	-	60	-	60
Ressarcimento - leilões de energia	8.614	-	-	8.614	-	8.614
Total	339.443	-	-	339.443	-	339.443
Total - CIRCULANTE	1.425.396	307.933	58.621	1.791.950	(68.174)	1.723.776

Notas Explicativas

	2013					Total	PCLD ^(*)	Saldo líquido
	Saldos vincendos	Saldos vencidos						
		até 90 dias	mais de 90 dias					
<u>CIRCULANTE</u>								
<u>Consumidores - fornecimento:</u>								
Residencial	228.394	189.188	24.684	442.266	(34.380)	407.886		
Industrial	72.816	19.421	11.387	103.624	(9.317)	94.307		
Comercial	197.311	27.308	14.393	239.012	(16.168)	222.844		
Rural	125	35	8	168	-	168		
<u>Poder público:</u>								
Federal	3.423	786	122	4.331	(284)	4.047		
Estadual	10.422	170	113	10.705	(17)	10.688		
Municipal	11.519	2.387	1.368	15.274	(283)	14.991		
Iluminação pública	12.816	1.774	289	14.879	(62)	14.817		
Serviço público	16.946	81	9.487	26.514	(940)	25.574		
Total - Faturado	553.772	241.150	61.851	856.773	(61.451)	795.322		
Não faturado	408.930	-	-	408.930	-	408.930		
Total	962.702	241.150	61.851	1.265.703	(61.451)	1.204.252		
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>								
Energia no curto prazo - CCEE	3.272	-	-	3.272	-	3.272		
Encargos de uso da rede	61	-	-	61	-	61		
Ressarcimento - leilões de energia	4.427	-	-	4.427	-	4.427		
Total	7.760	-	-	7.760	-	7.760		
Total - CIRCULANTE	970.462	241.150	61.851	1.273.463	(61.451)	1.212.012		

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – vide nota explicativa nº 10.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis		2014	2013
<u>CIRCULANTE</u>			
Contribuição social		3.254	6.048
Imposto de renda		8.790	17.939
Imposto de renda retido na fonte		7.334	9.978
Total		19.378	33.965
<u>Outros tributos compensáveis</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS		81	1.509
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		71.040	64.392
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Diferença alíquota - Condomínios - nota explicativa nº 23		25.026	44.634
ICMS - compra de créditos ^(*)		8.850	11.400
COFINS		4.404	13.054
PIS		955	2.830
Outros		164	164
Subtotal		110.520	137.983
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 10		-	(1.429)
Saldo líquido de PCLD		110.520	136.554
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		40.780	49.500
Subtotal		40.780	49.500
Total		151.300	186.054

(*) Compra de créditos acumulados de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, pela Companhia, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda – SEFAZ, para compensação de ICMS que a Companhia recolherá para a SEFAZ-SP.

Notas Explicativas**7. Tributos e contribuições sociais diferidos**

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	2014	2013	2014	2013
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão de benefício a empregados	296.335	282.205	14.130	26.761
Provisão para processos judiciais e outros	146.909	165.080	(18.171)	9.902
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.598	78.842	(11.244)	(40.693)
Ativos e passivos financeiros setoriais (regulatórios) (*)	-	(219.439)	219.439	25.634
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(616.277)	(665.775)	49.498	43.745
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	526.324	455.687	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	92.906	126.939	(34.033)	(40.602)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(53.162)	(34.381)	(18.781)	(39.521)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	94.837	113.249	(18.412)	10.936
Alienação de imóvel - nota explicativa nº 29	(24.129)	-	(24.129)	-
Outros	(31.490)	(23.529)	(7.961)	(14.887)
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos			150.336	(18.725)
Ativo fiscal diferido, líquido	499.851	278.878		
	2014	2013		
Tributos diferidos ativos	1.251.923	1.250.051		
Tributos diferidos passivos	(752.072)	(971.173)		
	499.851	278.878		

(*) A Companhia, após assinatura do Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão, registrou o ativo financeiro setorial líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 – vide notas explicativas nºs 3.19 e 35. Desta forma, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ativos e passivos regulatórios foi revertido no mesmo exercício.

Movimentação dos tributos diferidos	
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	804.160
Impacto no resultado	(18.725)
Impacto no patrimônio líquido	(506.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	278.878
Impacto no resultado	150.336
Impacto no patrimônio líquido	70.637
Saldo em 31 de dezembro de 2014	499.851

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2014, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2014		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:			
2015	156.139	56.210	212.349
2016	116.581	41.969	158.550
2017	129.372	46.574	175.946
2018	134.402	48.385	182.787
2019	137.755	49.592	187.347
2020-2022	205.236	73.885	279.121
2023-2025	24.049	8.659	32.708
2026-2028	16.996	6.119	23.115
	920.530	331.393	1.251.923

Em 27 de janeiro de 2015, o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho fiscal.

Notas Explicativas

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

8. Contas a receber – acordos e outras contas a receber

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	2014	2013
<u>CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	24.892	23.112
Consumidores	187.362	192.675
Outros	751	751
Subtotal	213.005	216.538
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 10	(113.094)	(143.701)
Saldo líquido de PCLD	99.911	72.837
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	8.615	30.844
Consumidores	27.963	35.396
Subtotal	36.578	66.240
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 10	(16.678)	(23.679)
Saldo líquido de PCLD	19.900	42.561

9. Outros créditos

	2014	2013
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	45.185	47.111
Financiamento à CESP	-	127
Cauções e depósitos vinculados	1.238	21.633
Valores a receber da alienação de imóvel - notas explicativa nºs 23 e 29	49.726	-
Alienação de bens e direitos	9.290	11.175
Serviços prestados	873	2.536
Repasse CDE - Descontos na tarifa - nota explicativa nº 27	114.669	13.142
Repasse CDE - Custos de energia - nota explicativa nº 28	-	53.557
Outros créditos - partes relacionadas - nota explicativa nº 32	2.884	2.843
Outros	6.840	12.076
Subtotal	230.705	164.200
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Serviços prestados - nota explicativa nº 10	(871)	(1.628)
Total	229.834	162.572
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Eletropaulo Metropolitana x Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda. - nota explicativa nº 32	218	193
Programa Reluz - PMSBC	3.728	3.728
Valores a receber da alienação de imóvel - notas explicativa nºs 23 e 29	40.659	-
Bens e direitos destinados a alienação	27.552	26.795
Financiamento à CESP	5.752	5.072
Outros	3.666	2.369
Total	81.575	38.157

Notas Explicativas**10. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2013	Provisões	Reversões	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2014
<u>CIRCULANTE:</u>					
Consumidores - nota explicativa nº 5	(61.451)	(165.568)	69.144	89.701	(68.174)
Outros créditos - serviços prestados - nota explicativa nº 9	(1.628)	(4.044)	657	4.144	(871)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(143.701)	(38.199)	24.846	43.960	(113.094)
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 6	(1.429)	-	1.429	-	-
Total	(208.209)	(207.811)	96.076	137.805	(182.139)
<u>NÃO CIRCULANTE:</u>					
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(23.679)	-	7.001	-	(16.678)
Total	(23.679)	-	7.001	-	(16.678)
Total geral	(231.888)	(207.811)	103.077	137.805	(198.817)

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2012	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2013
<u>CIRCULANTE:</u>						
Consumidores - nota explicativa nº 5	(91.773)	(102.690)	22.778	-	110.234	(61.451)
Outros créditos - serviços prestados - nota explicativa nº 9	(1.554)	(4.593)	-	-	4.519	(1.628)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(175.258)	(115.468)	102.763	-	44.262	(143.701)
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	(19.143)	(3.112)	27.771	(5.516)	-	-
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 6	(1.963)	-	534	-	-	(1.429)
Total	(289.691)	(225.863)	153.846	(5.516)	159.015	(208.209)
<u>NÃO CIRCULANTE:</u>						
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(27.527)	(4.251)	8.099	-	-	(23.679)
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	(37.050)	(1.762)	33.296	5.516	-	-
Total	(64.577)	(6.013)	41.395	5.516	-	(23.679)
Total geral	(354.268)	(231.876)	195.241	-	159.015	(231.888)

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2014	2013
Provisões	(207.811)	(231.876)
Reversões	103.077	195.241
Receita com recuperação de perdas ^(*)	24.154	19.710
Despesa com PCLD	(80.580)	(16.925)

(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

11. Contratos de concessão público - privado

	2014	2013
<u>Ativo financeiro</u>		
Ativo financeiro da concessão	1.980.753	1.386.931
<u>Intangível</u>		
Ativo intangível da concessão - nota explicativa nº 13	5.045.454	5.722.928
Total dos contratos de concessão público - privado	7.026.207	7.109.859

Notas Explicativas

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.197.056	(15.119)	1.181.937
Adições provenientes do ativo intangível em curso	97.287	-	97.287
Baixas	(8.533)	-	(8.533)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30	-	116.240	116.240
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.285.810	101.121	1.386.931
Adições provenientes do ativo intangível em curso	555.458	-	555.458
Baixas	(16.873)	-	(16.873)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30	-	55.237	55.237
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.824.395	156.358	1.980.753

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Notas Explicativas**12. Imobilizado – arrendamento mercantil financeiro**

No grupo do ativo imobilizado são apresentados os bens que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

<u>Em serviço</u>	<u>Taxa média anual de depreciação</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Custo histórico</u>			
Arrendamento financeiro		32.396	33.342
<u>Depreciação acumulada</u>			
Arrendamento financeiro	25%	(21.296)	(18.762)
Total do ativo imobilizado		11.100	14.580

Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento mercantil financeiro referem-se basicamente a veículos, equipamentos de informática e aluguel de edificações.

13. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo intangível - custo	6.895.634	7.262.325
Amortização acumulada	(1.850.180)	(1.539.397)
Total do ativo intangível da concessão	5.045.454	5.722.928

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	<u>Em curso</u>		<u>Em serviço</u>		<u>Ativo intangível</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Total do ativo intangível da concessão</u>
	<u>Intangível</u>	<u>(-) Obrigações especiais</u>	<u>Intangível</u>	<u>(-) Obrigações especiais</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	921.895	(189.486)	6.941.071	(678.138)	6.995.342	(1.238.140)	5.757.202
Adições	808.190	(240.927)	6.418	-	573.681	(469.761)	103.920
Baixas	-	-	(209.591)	180	(209.411)	130.652	(78.759)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	37.852	37.852
Transferências	(501.955)	141.057	343.601	(79.990)	(97.287)	-	(97.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.228.130	(289.356)	7.081.499	(757.948)	7.262.325	(1.539.397)	5.722.928
Adições	564.809	(148.014)	6.512	-	423.307	(510.515)	(87.208)
Baixas	-	-	(276.346)	41.806 ^(*)	(234.540)	157.210	(77.330)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	42.522	42.522
Transferências	(1.300.828)	68.980	713.184	(36.794)	(555.458)	-	(555.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	492.111	(368.390)	7.524.849	(752.936)	6.895.634	(1.850.180)	5.045.454

(*) A maior parte do valor refere-se à transferência das instalações de iluminação pública para os municípios, conforme procedimentos estabelecidos pela Resolução Normativa nº 480/2012 da ANEEL. A Companhia realizou a baixa do valor contábil e amortização acumulada destas instalações em contrapartida à baixa do valor de obrigações especiais e respectiva amortização.

Notas Explicativas**14. Fornecedores**

	2014	2013
<u>CIRCULANTE</u>		
Itaipu	234.128	212.179
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota explicativa nº 32	296.028	228.354
Contratos bilaterais - outros	-	146
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	189.652	107.885
Leilão - CCEAR	387.737	254.188
Energia livre - outros	74.549	67.297
Uso de rede básica	73.530	50.048
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	35.418	42.985
Conexão à rede básica	3.676	3.333
Transmissão	3.814	3.532
Uso do sistema de distribuição	1.043	1.337
Operador Nacional do Sistema - ONS	3.513	2.854
Subtotal	1.303.088	974.138
Materiais e serviços	254.487	178.762
Materiais e serviços - partes relacionadas - nota explicativa nº 32	3.859	2.093
Total	1.561.434	1.154.993

15. Tributos a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar	2014	2013
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	13.272	18.698
Contribuição social	5.846	7.717
Total	19.118	26.415
Outros tributos a pagar	2014	2013
<u>CIRCULANTE</u>		
Tributos Federais		
PIS	10.129	7.064
COFINS	46.656	32.536
INSS	10.562	11.182
IRRF	565	635
Outros	1.174	1.244
Subtotal - Federais	69.086	52.661
Tributos Estaduais		
ICMS	255.434	197.544
ICMS - parcelamento (*)	226.128	-
ICMS - perdas comerciais	-	6.166
Subtotal - Estaduais	481.562	203.710
Tributos Municipais		
ISS	901	934
Subtotal - Municipais	901	934
Total - Outros tributos a pagar	551.549	257.305

(*) O Governo de São Paulo aprovou os pedidos de parcelamento de ICMS solicitados pela Companhia no valor de R\$ 100.000 cada, relativos aos períodos de apuração de agosto, setembro e outubro de 2014, respectivamente, conforme previsto no Artigo 570 do Decreto nº 45.490/2000. A amortização é realizada em 12 parcelas mensais e consecutivas, com incidência de multa de 2% sobre o principal, acrescidos de juros de

Notas Explicativas

1% ao mês. O saldo total de R\$ 226.128, registrado no balanço da Companhia, demonstra a posição em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo:

Parcelamento	Valor consolidado	Juros	Amortizações	Saldo em 31.12.2014
ICMS	300.000	7.691	(81.563)	226.128

16. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro**16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:**

		2014						
		Circulante				Não Circulante		
Vencimento	Taxa efetiva (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e financiamentos								
Moeda nacional:								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.7	2015	5,00	-	440	-	440	-	-
BNDES FINAME - a.8	2016	8,70	8	1.528	-	1.536	637	637
FINEP (*) - a.9	2020	4,00	106	3.620	-	3.726	44.270	44.270
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.10	2019	CDI+2,41	5.904	60.000	(3.494)	62.410	420.000	412.457
Outros			275	-	275	-	-	-
Total			6.293	65.588	(3.494)	68.387	464.907	457.364
Debêntures								
Debêntures - 9ª emissão - a.1	2018	CDI+2,98	11.039	75.000	(3.552)	82.487	175.000	170.070
Debêntures - 11ª emissão - a.2	2018	CDI+2,24	4.090	-	(798)	3.292	200.000	198.294
Debêntures - 13ª emissão - a.3	2020	CDI+2,28	5.645	40.000	(2.074)	43.571	320.000	314.657
Debêntures - 14ª emissão - a.4	2021	CDI+1,90	6.512	-	(1.540)	4.972	600.000	590.655
Debêntures - 15ª emissão - a.5	2018	CDI+1,98	20.692	-	(4.636)	16.056	750.000	740.485
Debêntures - 16ª emissão - a.6	2015	CDI+2,52	19.907	350.000	(275)	369.632	-	-
Total			67.885	465.000	(12.875)	520.010	2.045.000	2.014.161
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - a.12	8,40 a 13,90	-	2.958	-	2.958	9.012	-	9.012
Total			-	2.958	-	2.958	9.012	9.012
Total da dívida			74.178	533.546	(16.369)	591.355	2.518.919	2.480.537
		2013						
		Circulante				Não Circulante		
Vencimento	Taxa efetiva (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e financiamentos								
Moeda nacional:								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.7	2015	5,00	-	881	-	881	440	440
BNDES FINAME - a.8	2016	8,70	13	1.528	-	1.541	2.164	2.164
FINEP (*) - a.9	2020	4,00	65	4.182	-	4.247	27.838	27.838
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.10	2019	CDI+2,41	5.562	60.000	(3.766)	61.796	480.000	468.964
Outros			275	-	275	-	-	-
Total			5.915	66.591	(3.766)	68.740	510.442	499.406
Debêntures								
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,98	9.166	-	(3.706)	5.460	250.000	241.518
Debêntures - 11ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,24	3.388	-	(739)	2.649	200.000	197.496
Debêntures - 13ª Emissão - a.3	2020	CDI+2,28	4.863	20.000	(2.163)	22.700	360.000	352.583
Debêntures - 14ª Emissão - a.4	2021	CDI+1,90	5.433	-	(1.431)	4.002	600.000	589.115
Debêntures - 15ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,98	17.338	-	(4.240)	13.098	750.000	735.741
Total			40.188	20.000	(12.279)	47.909	2.160.000	2.116.453
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - a.12	8,40 a 13,90	-	4.066	-	4.066	11.241	-	11.241
Total			-	4.066	-	4.066	11.241	11.241
Total da dívida			46.103	90.657	(16.045)	120.715	2.681.683	2.627.100

(*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das subvenções governamentais.

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Notas Explicativas

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

Os empréstimos e financiamentos referente a RELUZ – Eletrobrás possuem como garantia a receita da Companhia, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. FINAME e FINEP possuem cartas de fiança como garantia contratadas pela Companhia, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	5	63.363	1,10% a 2,00%

Os demais empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

- a.1) Debêntures – 9ª Emissão – R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros Semestrais	Amortização		Vencimento
			Anual		
9ª Emissão	CDI + 1,12%			R\$ 75.000	Agosto de 2015
				R\$ 75.000	Agosto de 2016
				R\$ 25.000	Agosto de 2017
				R\$ 75.000	Agosto de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004.

- a.2) Debêntures – 11ª Emissão – R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 23 de outubro de 2007, com data de emissão em 1º de novembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros Semestrais	Amortização		Vencimento
			Anual		
11ª Emissão	CDI + 1,75%			R\$ 100.000	Novembro de 2016
				R\$ 100.000	Novembro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Notas Explicativas

Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição da Companhia, no curso regular de seus negócios.

- a.3) Debêntures – 13ª Emissão – R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local, com vencimento final em maio de 2020.

	Taxa contratual	Pagamentos juros Semestrais	Amortização		Vencimento
			Anual		
13ª Emissão	CDI + 1,50%			R\$ 20.000	Maio de 2013
				R\$ 20.000	Maio de 2014
				R\$ 40.000	Maio de 2015
				R\$ 40.000	Maio de 2016
				R\$ 80.000	Maio de 2017
				R\$ 80.000	Maio de 2018
				R\$ 80.000	Maio de 2019
				R\$ 40.000	Maio de 2020

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados com a 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

- a.4) Debêntures – 14ª Emissão – R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2021.

	Taxa contratual	Pagamentos juros Semestrais	Amortização		Vencimento
			Anual		
14ª Emissão	CDI + 1,50%			R\$ 60.000	Novembro de 2018
				R\$ 180.000	Novembro de 2019
				R\$ 180.000	Novembro de 2020
				R\$ 180.000	Novembro de 2021

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados com a 14ª Emissão de Debêntures foram utilizados para recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

- a.5) Debêntures – 15ª Emissão – R\$ 750.000 em debêntures, ocorrida em 9 de outubro de 2012, no mercado local, com vencimento em outubro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros Semestrais	Amortização		Vencimento
			Anual		
15ª Emissão	CDI + 1,24%			R\$ 250.000	Outubro de 2016
				R\$ 250.000	Outubro de 2017
				R\$ 250.000	Outubro de 2018

Notas Explicativas

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos com a 15ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 10ª Emissão de Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's), lideradas pelo Banco Citibank S.A.

- a.6) Debêntures – 16ª Emissão – R\$ 350.000 em debêntures, ocorrida em 21 de julho de 2014, no mercado local, com vencimento em janeiro de 2015.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
16ª Emissão	CDI + 1,60%	No vencimento	R\$ 350.000	Janeiro de 2015

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos com a 16ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o reforço do capital de giro.

- a.7) RELUZ – Eletrobrás – financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás. O RELUZ tem o objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de Iluminação Pública, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população.

O Programa é viabilizado através de contratos de financiamento firmados entre a Companhia e a Eletrobrás e entre a Companhia e os Municípios. A Eletrobrás financia a concessionária até o limite de 75% do valor do Projeto.

Em 11 de março de 2008, a Eletrobrás concedeu crédito à Companhia, para financiamento de projeto de melhoria do sistema de iluminação pública do Município de São Bernardo do Campo – SBC.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
RELUZ - SBC	5%	Mensal	Mensal	Junho de 2015

A Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, concedeu à Companhia, créditos nos valores e datas demonstrados na tabela abaixo:

Data	Contrato	Liberações
26/05/2009	CFC - 2666	535
01/06/2010	CFC - 2666	2.600
25/06/2010	CFC - 2666	594
15/12/2011	CFC - 2666	455
	Total	4.184

Notas Explicativas

- a.8) BNDES – FINAME – Banco Itaú – em maio de 2011, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.583 para a compra de medidores, com carência de 24 meses para pagamento de principal.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de junho de 2013)	Maio de 2016

- a.9) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – em 8 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 37.096 para o financiamento de projetos de inovação. O montante total aprovado é liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 37.096.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINEP	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014	Fevereiro de 2020

Em 7 de abril de 2014, a Companhia obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 96.748 com o objetivo de financiar o desenvolvimento de projetos. O montante total aprovado será liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 29.397.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINEP	TJLP + 5% ^(*)	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	Abril de 2024

- (*) A taxa contratual é de TJLP + 5% a.a, reduzidos pelo benefício de equalização, equivalente a 6% a.a. O benefício de equalização está relacionado à adimplência e ao cumprimento do cronograma de desenvolvimento dos projetos, o que reduz a taxa efetiva para 4% a.a.

Esses contratos de financiamentos obtidos junto à instituição FINEP possuem como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação e desenvolvimento. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desses financiamentos é qualificado como uma subvenção governamental (vide nota explicativa nº 17).

Notas Explicativas

- a.10) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) – empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000.

	Taxa contratual	Pagamentos juros Semestrais	Amortização		Vencimento
			Anual	R\$	
Bradesco (CCB's)	CDI + 1,50%			R\$ 30.000	Novembro de 2012
				R\$ 30.000	Novembro de 2013
				R\$ 60.000	Novembro de 2014
				R\$ 60.000	Novembro de 2015
				R\$ 120.000	Novembro de 2016
				R\$ 120.000	Novembro de 2017
				R\$ 120.000	Novembro de 2018
				R\$ 60.000	Novembro de 2019

Com relação às Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelo Banco Bradesco S.A., os recursos foram utilizados pela Companhia para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

- a.11) Notas Promissórias – 1ª emissão - em 1º de julho de 2014, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de notas promissórias comerciais, com esforços restritos de colocação, no montante total de R\$ 190.000.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
Notas Promissórias	CDI + 1,35%	No vencimento	R\$ 190.000	Dezembro de 2014

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio desta emissão foram destinados integralmente para o reforço do capital de giro. Essa emissão teve validade de 180 dias e, em 29 de dezembro de 2014, a Companhia liquidou o montante de principal e juros.

- a.12) Arrendamento financeiro – os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de arrendamento financeiro, em 31 de dezembro de 2014, registrado pela Companhia era de R\$ 11.970 (R\$ 15.307 em 31 de dezembro de 2013) no passivo, e R\$ 11.100 (R\$ 14.580 em 31 de dezembro de 2013) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 11.100 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 14.580 em 31 de dezembro de 2013).

16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	2014		2013	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.935.249	97,92	2.649.372	98,06
Taxa fixa	62.465	2,08	52.340	1,94
Total	2.997.714	100,00	2.701.712	100,00

Notas Explicativas

16.4 Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda nacional				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
2016	124.308	465.000	2.098	(14.983)	576.423
2017	126.946	355.000	1.439	(10.991)	472.394
2018	128.390	565.000	1.202	(7.399)	687.193
2019	68.851	260.000	1.058	(2.947)	326.962
2020	4.161	220.000	956	(1.422)	223.695
após 2020	12.251	180.000	2.259	(640)	193.870
	464.907	2.045.000	9.012	(38.382)	2.480.537

16.5 O principal indexador utilizado para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures teve a seguinte variação:

	2014	2013
	%	%
CDI (*)	11,57	9,77

(*) Índice do último dia do exercício.

16.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:

Moeda nacional	Saldo inicial 31.12.2013	Ingressos	Encargos financeiros	Pagamentos	Baixas	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais (*)	Saldo final 31.12.2014
Instituições financeiras / credores									
BNDES - Finame	3.705	-	248	(1.780)	-	-	-	-	2.173
FINEP	32.085	29.397	1.820	(7.370)	-	-	-	(7.936)	47.996
RELUZ - Eletrobrás - SBC	1.321	-	60	(941)	-	-	-	-	440
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	530.760	-	64.849	(124.507)	-	-	3.765	-	474.867
Arrendamento financeiro	15.307	-	1.617	(4.034)	(920)	-	-	-	11.970
Notas promissórias - 1ª emissão	-	190.000	11.679	(201.679)	-	(470)	470	-	-
Outros	275	-	3.304	(3.304)	-	-	-	-	275
Subtotal	583.453	219.397	83.577	(343.615)	(920)	(470)	4.235	(7.936)	537.721
Debêntures - 9ª emissão	246.978	-	29.356	(27.483)	-	-	3.706	-	252.557
Debêntures - 11ª emissão	200.145	-	24.809	(24.107)	-	-	739	-	201.586
Debêntures - 13ª emissão	375.283	-	44.567	(63.785)	-	-	2.163	-	358.228
Debêntures - 14ª emissão	593.117	-	72.880	(71.801)	-	-	1.431	-	595.627
Debêntures - 15ª emissão	748.839	-	89.001	(85.647)	-	-	4.348	-	756.541
Debêntures - 16ª emissão	-	350.000	19.907	-	-	(1.712)	1.437	-	369.632
Subtotal	2.164.362	350.000	280.520	(272.823)	-	(1.712)	13.824	-	2.534.171
Total	2.747.815	569.397	364.097	(616.438)	(920)	(2.182)	18.059	(7.936)	3.071.892

Moeda nacional	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Encargos financeiros	Pagamentos	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais (*)	Saldo final 31.12.2013
Instituições financeiras / credores								
STN - Resolução nº 96/1993	31	-	1	(32)	-	-	-	-
BNDES - Finame	4.631	-	368	(1.294)	-	-	-	3.705
FINEP	16.619	17.020	1.129	(1.104)	-	-	(1.579)	32.085
RELUZ - Eletrobrás - SBC	2.202	-	118	(999)	-	-	-	1.321
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	564.779	-	53.484	(82.223)	(8.550)	3.270	-	530.760
Arrendamento financeiro	7.090	12.255	1.410	(5.448)	-	-	-	15.307
Outros	275	-	3.304	(3.304)	-	-	-	275
Subtotal	595.627	29.275	59.814	(94.404)	(8.550)	3.270	(1.579)	583.453
Debêntures - 9ª emissão	247.893	-	22.611	(20.832)	(5.750)	3.056	-	246.978
Debêntures - 11ª emissão	201.800	-	19.388	(18.586)	(3.000)	543	-	200.145
Debêntures - 13ª emissão	398.532	-	36.484	(55.570)	(6.000)	1.837	-	375.283
Debêntures - 14ª emissão	599.725	-	56.639	(55.332)	(9.000)	1.085	-	593.117
Debêntures - 15ª emissão	758.642	-	68.730	(64.429)	(17.250)	3.146	-	748.839
Subtotal	2.206.592	-	203.852	(214.749)	(41.000)	9.667	-	2.164.362
Total	2.802.219	29.275	263.666	(309.153)	(49.550)	12.937	(1.579)	2.747.815

(*) Movimentação conforme nota explicativa nº 17.

Notas Explicativas

16.7 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes.
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado^(*) sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser superior a 1,75 vezes.

Em 31 de dezembro de 2014, estes índices eram de:

- (i) Dívida líquida/EBITDA ajustado = 2,5 vezes;
- (ii) EBITDA ajustado/despesa financeira = 4,1 vezes.

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2014 foram atendidos.

- ^(*) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação” e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima.

17. Subvenções governamentais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia possui atualmente uma linha de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, o FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. A realização dessa subvenção governamental ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.

Essas subvenções governamentais foram recebidas para financiamento de projetos de inovação através do FINEP. Não existem condições ou contingências não cumpridas pela Companhia atreladas a essas subvenções.

Notas Explicativas

As movimentações das subvenções governamentais são como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	5.077	3.498
Recebidas	9.789	2.626
Baixas	(1.853)	(1.047)
Saldo final	13.013	5.077
Circulante	2.478	1.408
Não circulante	10.535	3.669
Total	13.013	5.077

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, terão os seguintes prazos de realização:

	Subvenções governamentais
2016	2.427
2017	2.265
2018	1.858
2019	1.397
2020	1.005
Após 2020	1.583
	10.535

18. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da Companhia. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Notas Explicativas

Ao final do exercício de 2014 a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e passivos atuariais:

	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	10.078.792	9.789.505
Valor justo dos ativos do plano	(7.259.999)	(7.236.335)
Obrigação registrada	2.818.793	2.553.170

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego são demonstradas a seguir:

	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	9.789.505	12.489.418
Custo dos serviços correntes	15.066	25.079
Custo dos juros	1.049.523	1.027.181
Benefícios pagos	(896.615)	(812.155)
Contribuições dos empregados	6.270	6.028
Perda (Ganho) atuarial	115.043	(2.946.046)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	10.078.792	9.789.505

As movimentações do valor justo dos ativos do plano são demonstradas a seguir:

	2014	2013
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.236.335	8.525.610
Contribuição do empregador	224.649	255.173
Contribuições dos empregados	6.270	6.028
Perdas atuariais	(92.712)	(1.456.175)
Rendimento esperado dos ativos do plano	782.072	717.854
Benefícios pagos	(896.615)	(812.155)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.259.999	7.236.335

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	2014	2013
Custo dos serviços correntes	15.066	25.079
Custo dos juros	1.049.523	1.027.181
Rendimento esperado dos ativos do plano	(782.072)	(717.854)
Total das despesas benefício definido	282.517	334.406
Outras contribuições - Contribuição definida	3.521	3.340
Total das despesas no exercício	286.038	337.746

Notas Explicativas

As movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes são como segue:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	(1.340.257)	(2.830.128)
Ganho (Perda) atuarial gerado pela taxa de desconto	(209.856)	2.944.716
Ganho (Perda) atuarial gerado pela experiência demográfica	(37.898)	1.330
Ganho atuarial gerado pela premissa demográfica	132.711	-
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(92.712)	(1.456.175)
Saldo no final do exercício	(1.548.012)	(1.340.257)

A composição dos investimentos do plano por segmento é a seguinte:

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2014	2013	
Renda fixa	79,69%	76,56%	até 100%
Renda variável	14,97%	18,20%	até 70%
Empréstimos a participantes	1,72%	1,76%	até 15%
Imóveis	3,62%	3,48%	até 8%
Total	100,00%	100,00%	

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são as seguintes:

	2015	2014	2013
<u>a) Premissas econômicas:</u>			
<u>a1) Determinação do passivo atuarial:</u>			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	10,93% a.a.	11,19% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
<u>a2) Determinação da despesa atuarial:</u>			
Taxa de desconto nominal	10,93% a.a.	11,19% a.a.	10,04% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
<u>b) Premissas demográficas:</u>			
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	AT-2000	AT-83
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT-2000	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez		Tábua Mercer	
Taxa de rotatividade esperada		0,30 / (tempo de serviço + 1)	
<u>c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos</u>	N/A	19,55	18,60

A estimativa da despesa para o exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

	2015
Custo dos serviços correntes	16.028
Custo dos juros	1.054.916
Rendimento esperado dos ativos do plano	(758.053)
Total da despesa projetada para o exercício	312.891

O valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2015 é de R\$ 198.740.

Notas Explicativas

Os pagamentos esperados do plano para exercícios futuros da obrigação de benefício definido são os seguintes:

1 ano	854.463
Entre 2 e 5 anos	3.713.892
Após 5 anos	5.299.760
Total de pagamentos esperados do plano	9.868.115

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.078.792, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2014 está demonstrado abaixo:

Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Taxa estimada de inflação de longo prazo		Taxa de desconto	
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	10.700	226.657	-	-	(217.220)	226.190
Total da obrigação de benefício definido	10.089.492	10.305.449	10.078.792	10.078.792	9.861.572	10.304.982

18.1 Contratos com a Fundação CESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação CESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos:

	2014	2013
Confissão de dívida IIa (i)	398.762	395.596
Confissão de dívida IIb (i)	206.982	205.340
Contrato de ajustes de reserva matemática (ii)	2.825.149	1.839.250
Total do contrato	3.430.893	2.440.186
Diferença entre premissas (*)	(612.100)	112.984
Total registrado	2.818.793	2.553.170

(*) A parcela do déficit no montante de R\$ 612.100 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela Fundação CESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

- (i) Refere-se ao contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997 e aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. A parcela IIb, refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação CESP à Companhia.

Notas Explicativas

- (ii) Refere-se ao contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. O saldo deste contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP.

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	2.553.170	3.963.808
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	282.517	334.406
Pagamento de contribuições	(224.649)	(255.173)
Ajuste de avaliação atuarial	207.755	(1.489.871)
Saldo no final do exercício	2.818.793	2.553.170

19. Obrigações estimadas

	2014	2013
<u>CIRCULANTE</u>		
Férias	33.788	33.778
Programa de incentivo a aposentadoria	-	3.090
Participação nos lucros e resultados	37.931	47.052
Encargos sociais sobre férias e gratificações	12.853	12.862
Bônus	4.029	3.161
Total	88.601	99.943
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Bônus	720	1.114
Total	720	1.114

20. Provisões para processos judiciais e outros**20.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável**

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhista (a)	251.747	270.865	228.822	232.964
Plano cruzado - reajuste de tarifa (b)	15.864	16.191	3.180	4.502
Processos cíveis (c)	32.323	55.749	1.382	23.465
Processos regulatórios (d)	58.479	54.294	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	523	472	-	-
Processos fiscais (f)	71.385	60.489	28.873	27.548
Meio ambiente (g)	12.708	25.024	-	-
Outros	24.586	23.796	-	-
Total geral	467.615	506.880	262.257	288.479
Circulante	168.108	191.472		
Não circulante	299.507	315.408		
Total geral	467.615	506.880		

Notas Explicativas

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 445.283 (R\$ 475.337 em 31 de dezembro de 2013), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

Cauções e depósitos vinculados		
	2014	2013
Processos prováveis	262.257	288.479
Processos possíveis	131.854	129.085
Processos remotos	51.172	57.773
Total	445.283	475.337

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2013	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2014
Trabalhista	270.865	73.352	15.245	(61.592)	(46.123)	251.747
Plano cruzado - reajuste de tarifa	16.191	41	2.073	(881)	(1.560)	15.864
Processos cíveis	55.749	15.591	6.227	(44.888)	(356)	32.323
Processos regulatórios	54.294	7.373	6.091	(5.478)	(3.801)	58.479
Processos administrativos - prefeituras	472	-	51	-	-	523
Processos fiscais	60.489	11.304	4.447	(53)	(4.802)	71.385
Meio ambiente	25.024	9.477	-	(21.019)	(774)	12.708
Outros	23.796	790	-	-	-	24.586
Total geral	506.880	117.928	34.134	(133.911)	(57.416)	467.615
Circulante	191.472					168.108
Não circulante	315.408					299.507
Total geral	506.880					467.615

	Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2013
Trabalhista	280.693	91.057	11.180	(60.288)	(51.777)	270.865
Plano cruzado - reajuste de tarifa	16.049	343	1.876	(800)	(1.277)	16.191
Processos cíveis	40.487	30.525	6.820	(17.091)	(4.992)	55.749
Processos regulatórios	68.935	13.400	5.390	(28.146)	(5.285)	54.294
Processos administrativos - prefeituras	725	-	21	(260)	(14)	472
Processos fiscais	49.716	10.802	2.163	(202)	(1.990)	60.489
Meio ambiente	5.477	33.322	-	(13.775)	-	25.024
Outros	23.085	871	-	-	(160)	23.796
Total geral	485.167	180.320	27.450	(120.562)	(65.495)	506.880
Circulante	170.019					191.472
Não circulante	315.148					315.408
Total geral	485.167					506.880

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- Trabalhista:** A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 4.939 processos (5.011 processos em 31 de dezembro de 2013) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2020.
- Plano cruzado – reajuste de tarifa:** Referem-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986.

Notas Explicativas

Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 15.864 (R\$ 16.191 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.

- c) Processos cíveis: A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de dezembro de 2014 tais demandas respondem pela provisão de R\$ 32.323 (R\$ 55.749 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 21.642 (R\$ 26.999 em 31 de dezembro de 2013).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 10.681 (R\$ 28.750 em 31 de dezembro de 2013).

Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merecem destaque as demandas:

(c.1) Represa Guarapiranga

Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância, tendo o Ministério Público requerido o cumprimento da sentença. Após determinação do juízo, a Companhia esclareceu que pretendia cumprir a condenação alternativa por meio de doação de área verde em zona de manancial ao Estado de São Paulo. Igualmente, requereu que a EMAE, na qualidade de proprietária do imóvel, fosse intimada a ingressar no processo, para que seja cumprida a parte da decisão judicial que determinou as demolições, regularizações e plantios na área ocupada pela Associação Desportiva Cultural Eletropaulo.

(c.2) AIT Central

Em 2 de fevereiro de 2000, a AIT – Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. ("AIT") ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização contra

Notas Explicativas

a Companhia, onde alega o descumprimento contratual por parte da mesma, que teria abandonado a relação contratual, pelo que requereu a rescisão do contrato, pagamento de multa, bem como o pagamento de indenização pelos danos sofridos (lucros cessantes e danos emergentes). Em 9 de abril de 2014, foi homologado judicialmente acordo firmado entre as partes para encerramento dessa ação, bem como da outra ação em que as partes litigam (AIT – Santo Amaro). Por meio do acordo, a Companhia pagou à AIT a quantia total de R\$ 25.000, dos quais R\$ 20.916 já se encontravam depositados judicialmente em razão de penhora. O pedido de desistência da AIT apresentado no processo que tramita em Santo Amaro foi homologado e o depósito judicial foi levantado pela AIT. Em 18 de junho de 2014, a Companhia efetuou o pagamento da diferença (cerca de R\$ 4.084). Na data de 31 de dezembro de 2014, o processo encontra-se encerrado.

d) Processos regulatórios:

- d.1) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. Em 7 de novembro de 2013, em juízo de reconsideração, a ARSESP decidiu reduzir parcialmente o montante da penalidade aplicada para R\$ 16.939. A Companhia aguarda decisão de recurso ainda pendente de julgamento na ANEEL. Baseada em análises dos assessores legais, a Companhia decidiu ajustar o montante provisionado para R\$ 16.939, que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 23.167 (R\$ 20.888 em 31 de dezembro de 2013).
- d.2) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a Base de Remuneração Regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da Companhia, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 18.259 (R\$ 16.463 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.
- d.3) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória – Ativo Imobilizado em Serviço, no montante de R\$ 126.379. A Administração da Companhia, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 10.419 (R\$ 9.394 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia em 2 de janeiro de 2013 apresentou recurso e aguarda julgamento da ANEEL.
- d.4) A Companhia está envolvida em outros processos regulatórios, para os quais está provisionado o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 6.634 (R\$ 7.549 em 31 de dezembro de 2013). Estes processos referem-se a: (i) Termos de Notificações da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e (ii) Autos de Infração da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos até 2015.

- e) Processos Administrativos – prefeituras: Existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Companhia mantém provisão de R\$ 523 (R\$ 472 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2016.
- f) Processos fiscais: Existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas posturais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre ILL, autuações relativas a INSS, bem como a incidência de IRPJ e CSLL sobre juros moratórios. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 31 de dezembro de 2014 montam R\$ 71.385 (R\$ 60.489 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2021.
- g) Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2014, tais demandas respondem pela provisão R\$ 12.708 (R\$ 25.024 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia estima que os atuais processos serão concluídos até 2016. Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea, conforme seguem:
 - g.1) **Complexo Cambuci**: Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, foi assinado o compromisso de venda do imóvel, com a obrigação contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que deverá ser concluída em 2016. Em 2014 foram realizadas etapas de remediação e campanhas de monitoramento na área, as quais permitiram a assinatura da escritura pública de venda de imóvel, transferindo definitivamente a propriedade e posse. Em 2015, a Companhia estima pequenas ações ambientais a serem realizadas por solicitação da CETESB e novas campanhas de monitoramento.
 - g.2) **Miguel Yunes**: Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente em data anterior à concessão), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A Companhia iniciou em fevereiro de 2014 a remoção e destinação do solo impactado com resíduos depositados na área com previsão de término em 2015.

Notas Explicativas

- g.3) Estações Transformadoras de Distribuição - ETD's: A Companhia iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Novos processos foram abertos em 2013 em decorrência da ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos. Novas etapas de monitoramento ocorrerão em 2015.

20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000 para fins de divulgação.

A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Notas	Descrição das contingências	Valor estimado da contingência	
		2014	2013
(20.2.1)	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.554.811	1.434.214
(20.2.2)	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
(20.2.3)	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
(20.2.4)	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
(20.2.5)	Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	55.408	56.154
(20.2.6)	Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRÁEE e ANDEC	Encerrado	Não determinado
(20.2.7)	Ação Popular - Maruzan Conrado	28.648	25.112
(20.2.8)	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
(20.2.9)	AIT - Santo Amaro	Encerrado	114.480
(20.2.10)	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
(20.2.11)	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
(20.2.12)	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	11.462	10.147
(20.2.13)	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(20.2.14)	Recolhimento do FGTS	112.902	105.247
(20.2.15)	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	39.722	39.183
(20.2.16)	NFLDs - Execuções Fiscais	31.384	38.224
(20.2.17)	CSLL - Base Negativa	123.045	116.894
(20.2.18)	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	88.300	53.460
(20.2.19)	PIS - Decretos nºs 2445/88 e 2449/88	49.394	49.394
(20.2.20)	PIS - Estatuto da Decadência	214.146	208.679
(20.2.21)	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	3.009	Não determinado
(20.2.22)	Finsocial	171.744	160.737
(20.2.23)	COFINS - Anistia	144.802	141.272
(20.2.24)	Ações Anulatórias – Multas de Trânsito	51.894	41.666
(20.2.25)	COFINS - Multa de Ofício	221.631	-
(20.2.26)	PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	116.031	-
(20.2.27)	Devolução tarifária - Base Blindada	489.277	629.798

Notas Explicativas**(20.2.1) Eletrobrás – Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986**

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 4 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da Companhia (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor estimado de R\$ 1.554.811 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.434.214 em 31 de dezembro de 2013), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Notas Explicativas

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a Companhia não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, “Embargos de Declaração” e, em abril de 2007, “Embargos de Divergência” e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a Companhia.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (Companhia e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Notas Explicativas

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a Companhia apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela Companhia.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela Companhia. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a Companhia tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a Companhia e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela Companhia em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador Carlos Santos de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ("Liminar"), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela Companhia contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro no processo nº 0010021-19.1989.8.19.0001. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância ficou suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela Companhia.

Em 7 de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu provimento integral ao recurso da Companhia, anulando integralmente a decisão de 1ª instância que atribuiu à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do débito, confirmando sua decisão anterior que suspendeu os procedimentos da execução. Não houve a interposição de recursos pela Eletrobrás e pela CTEEP contra esta decisão.

Notas Explicativas

O processo foi retomado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Em 20 de fevereiro de 2014, foi nomeado o perito judicial, tendo sido as partes intimadas a apresentar seus quesitos e indicação de assistente técnico, o que foi feito pela Companhia em março de 2014. Em 28 de março de 2014, a CTEEP indicou seu assistente técnico e apresentou seus quesitos a serem respondidos pelo perito judicial. Em 6 de setembro de 2014, o perito judicial apresentou petição aceitando a nomeação, assim como sua proposta de honorários (os quais deverão ser depositados pela Eletrobrás). Em 23 de outubro de 2014, considerando que todas as partes concordaram com a proposta de honorários do perito judicial, o juiz ordenou que fosse realizado o depósito do valor, a ser feito pela Eletrobrás em uma conta judicial, a fim de iniciar a perícia judicial. Em 24 de novembro de 2014, a Eletrobrás protocolou petição comprovando o depósito do valor dos honorários periciais. Em 27 de novembro 2014, o perito contábil retirou os autos para início dos trabalhos. Com a reversão da decisão desfavorável à Companhia, a estimativa é que os trabalhos periciais não se encerrem em um prazo inferior a seis meses a ser contado do seu início. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela Companhia, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 1.554.811, atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.434.214 em 31 de dezembro de 2013).

(20.2.2) Enquadramento de consumidores – ação civil pública

O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e em sendo alterada o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas

(20.2.3) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais

O Ministério Público Federal, em 5 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre as Companhia e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a Companhia apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

(20.2.4) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à Companhia, fazendo constar em seu acórdão que a Companhia teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à Companhia, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento de recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(20.2.5) Autuações PCLD – provisão de créditos de liquidação duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 – AI nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 – AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. A Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 55.408 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 56.154 em 31 de dezembro de 2013).

AI nº 015/TN170:

Em 4 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela Companhia no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal

Notas Explicativas

Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a Companhia ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela Companhia. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 13.386 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 12.602 em 31 de dezembro de 2013).

AI 027/TN0336/1:

Em 27 de agosto de 2013, o recurso da Companhia, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi provido, cancelando a multa imposta pela ANEEL. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 42.022 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 43.552 em 31 de dezembro de 2013).

(20.2.6) Ação civil pública – plano cruzado – ASSOBRAEE e ANDEC

A ASSOBRAEE alega que a Companhia teria se beneficiado do aumento, supostamente ilegal, de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nos 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. Em 14 de março de 2011 sobreveio decisão de 1ª Instância favorável à Companhia, ao que a ASSOBRAEE apresentou recurso. Em agosto de 2014, foi negado provimento ao recurso da ASSOBRAEE em 2ª instância. Diante da não apresentação de recurso por parte da autora ASSOBRAEE, em 22 de setembro de 2014, foi certificado o trânsito em julgado da decisão favorável à Companhia, tendo sido o processo encerrado.

(20.2.7) Ação popular – Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a Companhia, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. Em 8 de abril de 2014, foi proferida sentença favorável à Companhia, julgando a ação improcedente e reconhecendo não ter havido nenhuma irregularidade na celebração do termo de confissão e parcelamento de dívida entre a Companhia e a Prefeitura de Taboão da Serra, em 2004. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 28.648 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 25.112 em 31 de dezembro de 2013).

(20.2.8) Ecovias – uso do solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A. ajuizou demanda judicial contra a Companhia visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a Companhia já apresentou seu recurso em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADÉE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas

(20.2.9) AIT – Santo Amaro

Em 25 de junho de 2002, a AIT – Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. (“AIT”) ajuizou ação indenizatória contra a Companhia, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pelo descumprimento e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. Conforme mencionado na nota explicativa nº 20.1 (c.2), em abril de 2014 foi homologado judicialmente acordo entre as partes, no qual a AIT apresentou renúncia aos direitos buscados nesta ação, encerrando desta forma o processo.

(20.2.10) Ação civil pública – City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da Companhia. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela Companhia, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de “*amicus curiae*”. Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela Companhia é de “Repercussão Geral”, pelo que o ministro relator do caso no STF convocou audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre o tema relativo ao campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia elétrica. A Audiência Pública foi realizada nos dias 6, 7 e 8 de março de 2013, sendo que 21 participantes prestaram esclarecimentos ao STF sobre diversos assuntos relacionados ao caso. Em 29 de julho de 2014, o Ministério Público Federal apresentou no STF o seu parecer opinando pelo provimento do recurso da Companhia, já que os campos eletromagnéticos gerados pelas linhas de transmissão estão em conformidade com a legislação brasileira e com os limites internacionais recomendados pela Organização Mundial da Saúde (que adota diretrizes da ICNIRP).

Aguarda-se o julgamento do recurso pelo Supremo Tribunal Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(20.2.11) Ação civil pública – ETD Panorama

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Aguarda-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas**(20.2.12) Ação civil pública – suspensão no fornecimento**

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 6 de janeiro de 2006, ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os munícipes de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a Companhia obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Em 22 de setembro de 2010 foi publicada a sentença julgando parcialmente procedente a ação em 1ª instância. Após a interposição de recurso pelas partes, em novembro de 2012 foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dando parcial provimento ao recurso da Companhia, e negando provimento ao recurso do Autor. A Companhia apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra a referida decisão em 4 de abril de 2013. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 11.462, atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 10.147 em 31 de dezembro de 2013).

(20.2.13) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex-proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, e contra tal decisão a Companhia apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, contra a sentença de mérito em 1ª instância que determinou o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) relativos a débitos de terceiros, o qual aguarda julgamento. Com relação ao cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial, em 9 setembro de 2014, foi proferida decisão dando por encerrada a execução provisória requerida pelo Ministério Público federal, para que fosse feita a identificação de consumidores que assinaram TCD's. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(20.2.14) Recolhimentos do FGTS – fundo de garantia por tempo de serviço

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 no valor de R\$ 112.902 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 105.247 em 31 de dezembro de 2013). Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a Companhia ajuizou uma Ação Cautelar para, diante da apresentação de uma Carta de Fiança, suspender o débito até que o mérito da discussão seja julgado. Em setembro de 2014 foi proferida decisão de 1ª instância julgando parcialmente procedente o

Notas Explicativas

pedido (cancelamento parcial do débito em R\$ 15.458). Interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

(20.2.15) PASEP – suspensão de exigibilidade

Em novembro de 2006 a Companhia ajuizou Ação Cautelar a fim de suspender a exigibilidade dos débitos de PASEP no valor de R\$ 39.722 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 39.183 em 31 de dezembro de 2013) cobrado por meio do Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, o que foi concedido mediante a apresentação de Carta de Fiança. Tendo em vista a decisão desfavorável em 1ª Instância, a Companhia apresentou recurso, o qual ainda aguarda julgamento.

(20.2.16) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD's) – execuções fiscais

Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos Previdenciários (NFLD's) – Tratam-se de três Execuções Fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia, que totalizam o montante de R\$ 31.384 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 38.224 em 31 de dezembro de 2013). Em suma, as discussões versam sobre a possível incidência da Contribuição Previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Duas Execuções Fiscais tiveram decisão de 1ª instância desfavorável e no momento aguarda-se decisão de 2ª instância, a terceira aguarda-se decisão de 1ª instância.

(20.2.17) CSLL – base negativa

Em novembro de 2007, a Companhia ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. A Companhia insurge-se contra a aplicação desta regra, pois quer que seja respeitada proporção definida no protocolo de cisão, que é anterior à publicação da mencionada MP. A diferença entre os percentuais de saldo credor perfaz o montante de R\$ 123.045 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 116.894 em 31 de dezembro de 2013). Atualmente, a Companhia conta com uma decisão favorável em 1ª Instância e aguarda o julgamento do recurso apresentado pela União. Apesar desta decisão, que suspende a exigibilidade do débito, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da Companhia exigindo valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007. Em julho de 2012, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia. Foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão parcialmente favorável à Companhia. Diante do cenário, foi apresentado Embargos de Declaração, do qual aguarda-se decisão.

(20.2.18) Execuções fiscais municipais – diversas

A Companhia possui diversas Execuções Fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, Multas Posturais e ISS. O total dos débitos classificados como perda possível é de R\$ 88.300 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 53.460 em 31 de dezembro de 2013). A maior parte deste montante (R\$ 76.559) refere-se a 7 Execuções Fiscais dos municípios de Itapevi e Jandira, onde são exigidas multas pela não apresentação de laudos técnicos para cada ativo instalado no município.

Notas Explicativas**(20.2.19) PIS – Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988**

Em julho de 2000, a Companhia ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Em maio de 2012, a Companhia obteve decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite cinco Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela Companhia em 2002. Como tais débitos foram compensados com os créditos já reconhecidos pela decisão definitiva mencionada acima, eventual exposição da Companhia cinge-se à multa de mora de 20% aplicáveis aos débitos compensados, o que perfaz o montante de R\$ 49.394. O montante não sofre atualização pois refere-se somente à multa de mora de 20%, aplicada sobre os débitos compensados de PIS.

(20.2.20) PIS – Estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos de PIS no valor de R\$ 214.146 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 208.679 em 31 de dezembro de 2013) decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP 1.407/1996. Em oposição a esta cobrança, a Companhia apresentou defesa sustentando a decadência do direito ao Fisco exigir estes valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do débito tributário, que teria tardado mais de cinco anos. Decisão de 1ª instância desfavorável, no momento aguarda-se decisão de 2ª instância.

(20.2.21) Ação Civil Pública – restabelecimento de energia elétrica

O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a Companhia, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a Companhia apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a Companhia apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011, tendo o caso sido enviado à Justiça Federal após ter sido admitido o ingresso da ANEEL no processo, onde aguarda julgamento. Em 20 de março de 2014, a ação foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância, condenando a Companhia ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 2.000, a ser revertido ao fundo de Fundo de Defesa de Direitos Difusos. A Companhia e a ANEEL apresentaram recurso a fim de afastar a condenação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 3.009, atualizado até 31 de dezembro de 2014.

(20.2.22) FINSOCIAL

Em julho de 2012 a Companhia foi intimada por dois Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 171.744 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 160.737 em 31 de dezembro de 2013). Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia, da qual foi apresentado Recurso Voluntário. No momento, aguarda-se decisão sobre o recurso apresentado.

Notas Explicativas**(20.2.23) COFINS – anistia**

Ação Judicial proposta pela Companhia em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei nº 9.779/1999. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 144.802 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 141.272 em 31 de dezembro de 2013).

(20.2.24) Ações Anulatórias – multas de trânsito

A Companhia é atualmente autora de 13 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. O valor total em discussão nas ações anulatórias atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 51.894 (R\$ 41.666 em 31 de dezembro de 2013).

(20.2.25) COFINS – Multa de Ofício

Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo a COFINS (período de apuração compreendido entre abril de 1992 a março de 1993), acrescido de multa de ofício calculada no percentual de 100% e juros com base na SELIC. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato dos créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP 2158/1999 (mencionada na nota 20.2.23) e não no prazo original do pagamento do tributo. Em 31 de outubro de 2011 foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável. Aguarda-se o julgamento do recurso especial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 221.631.

(20.2.26) PIS Compensação Decretos (Créditos Remanescentes)

Em 8 de agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em 8 de setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa, a qual se encontra pendente de julgamento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 116.031.

(20.2.27) Devolução tarifária – Base blindada

Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da Companhia e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a Companhia para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para questão de saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM). A Companhia apresentou manifestação e em 17 de dezembro de 2013 a Diretoria da

Notas Explicativas

ANEEL, por meio do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626.052, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 (“Decisão”).

Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL.

Em 28 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da Companhia para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a Companhia interpôs, também em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014 foi deferida liminar em favor da Companhia suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgasse o pedido de reconsideração. Em 3 de fevereiro de 2014 foi nomeado o Diretor Relator do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia junto à ANEEL.

Em 1º de julho de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria deliberou o pedido de reconsideração da Companhia sobre análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua 3RTP (Processo nº 48500.006159/2012-75 – “Processo Específico”), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e decidiu pela manutenção da decisão tomada em dezembro de 2013.

Em 3 de julho de 2014 a ANEEL, mediante o Despacho ANEEL nº 2.176/2014, decidiu pela devolução de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543 gerando um impacto de -3,30% no reajuste total de 2014.

Na mesma data, a Companhia ingressou com o novo pedido de reconsideração, requerendo a revisão da decisão na parte em que não acolheu o pedido subsidiário de recálculo tarifário considerando o subdimensionamento de outros ativos de serviço existentes.

Ainda, em 3 de julho de 2014, a Companhia requereu ao Juízo do Mandado de Segurança a extensão da medida liminar que havia suspenso os efeitos da Decisão proferida em dezembro de 2013 até o julgamento definitivo do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no processo administrativo nº 48500.006159/2012-75.

Em 9 de julho de 2014, o Juízo do Mandado de Segurança determinou a extensão da medida liminar deferida anteriormente até o julgamento final do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no Processo nº 48500.006159/2012-75, restando desta forma suspensos os efeitos da decisão proferida pela ANEEL no dia 1º de julho de 2014.

Em 16 de julho de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, monocraticamente, negou conhecimento ao novo pedido de reconsideração protocolado pela Companhia em 3 de julho de 2014, sob o fundamento de que a discussão na esfera administrativa se encontrava exaurida.

Notas Explicativas

Em 18 de julho de 2014, a Companhia interpôs recurso na ANEEL (agravo), alegando que o pedido de reconsideração deveria ser julgado pela Diretoria da ANEEL e que diante do fato do processo administrativo não estar concluído, a medida liminar obtida no Mandado de Segurança permanece surtindo seus efeitos.

Em 12 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL negou provimento ao recurso de agravo da Companhia, confirmando o encerramento da discussão da matéria na esfera administrativa.

Em 19 de agosto de 2014, a Companhia propôs perante a Justiça Federal de Brasília Ação Ordinária em face da ANEEL, com pedido de antecipação de tutela para sustar os efeitos do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, confirmado pelo Despacho ANEEL nº 2.176/2014. A tutela antecipada foi indeferida.

A Companhia interpôs recurso de Agravo de Instrumento (“Agravo”) perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (“TRF1”). Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014 até o julgamento do mérito do recurso.

Em 25 de setembro de 2014, a ANEEL apresentou petição apontando dificuldades no cumprimento da medida liminar em razão da necessidade da observância de procedimento interno complexo e postulou a suspensão do cumprimento da decisão até o julgamento do Agravo.

Em 6 de outubro de 2014, o Desembargador Relator não revogou a liminar favorável à Companhia, porém suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do Agravo no TRF1. Portanto, a liminar permaneceu vigente e apenas o seu cumprimento foi suspenso.

Em 13 de outubro de 2014, teve início o julgamento do Agravo, sendo proferido, inicialmente, voto favorável pelo Desembargador relator do Agravo e posteriormente o julgamento foi suspenso uma vez que o Desembargador revisor pediu vista dos autos. O julgamento prosseguirá com o voto do Desembargador revisor e mais um voto de outro Desembargador (o julgamento é realizado por três Desembargadores) em data ainda a ser definida.

Em 18 de dezembro de 2014, os efeitos da liminar foram reestabelecidos pelo TRF1.

Em 7 de janeiro de 2015, a ANEEL interpôs recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando suspender a liminar em vigor.

Em 8 de janeiro de 2015, a ANEEL publicou o novo índice de Reajuste Tarifário, que exclui o componente financeiro de -3,30 p.p.

Em 16 de janeiro de 2015, o Superior Tribunal de Justiça indeferiu o recurso da ANEEL.

A Companhia, fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos e com base na liminar vigente, classifica o risco de perda como possível nesta discussão e entende que tem bons argumentos para sustentar as suas posições na esfera judicial, sendo certo que buscará ver o seu direito garantido ativamente.

Baseada na análise jurídica do assunto e liminar vigente, conforme acima descrito, o passivo não foi constituído. Em 31 de dezembro de 2014, já considerando as restituições efetuadas aos

Notas Explicativas

consumidores no valor de R\$ 162.772, o valor atualizado remanescente da devolução tarifária em discussão é de R\$ 489.277 (R\$ 629.798 em 31 de dezembro de 2013).

Conforme Resolução Homologatória da ANEEL 1.844, de 5 de janeiro de 2015, mantida a decisão judicial que determinou a exclusão da tarifa do componente financeiro negativo de 3,30%, os valores já restituídos aos consumidores de R\$162.772 deverão ser revertidos à Companhia no próximo evento tarifário 2015, atualizado pela variação do IGP-M.

Finalmente, em 8 de janeiro de 2015 a Companhia recebeu o Termo de Notificação (TN) nº 73/2014 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (“SFF”), através do qual a ANEEL alega que a Companhia teria descumprido o item 6.3.22 – Provisões para Contingências, constante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações posteriores.

O referido TN determinou, ainda, que a Companhia procedesse ao registro contábil em seus demonstrativos regulatórios do mês de dezembro de 2014, do montante do componente financeiro negativo de R\$ 626.052 e suas atualizações, correspondente à importância que a ANEEL, no âmbito administrativo, entendeu que deveria ser restituída aos consumidores da área de concessão da distribuidora.

Para emitir as determinações mencionadas acima, a fiscalização utilizou como fundamento as normas contábeis acima apontadas e o entendimento exposto pela Procuradoria Federal da ANEEL nos Pareceres nº 622 e nº 623, ambos de 2013.

Em 23 de janeiro de 2015 a Companhia, tempestivamente, protocolou Manifestação ao Termo de Notificação nº 73/2014, esclarecendo os pontos a seguir:

- a. A Administração da Companhia, com base em opinião de seus assessores legais, avaliou a probabilidade de perda da discussão como “possível”;
- b. Segundo as instruções do próprio Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, é a Administração da Companhia quem deve exercer seu julgamento com base em opinião de seus assessores legais e não com base na opinião da Procuradoria Federal da ANEEL;
- c. Ainda segundo as instruções do próprio Manual, os casos avaliados como de perda possível devem ser apenas divulgados em notas explicativas, não sendo aplicável o seu registro como passivo.

Tendo em vista os esclarecimentos acima, bem como seu entendimento quanto à correta aplicação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia solicitou o arquivamento do TN nº 73/2014, nos termos do artigo 20, §1º, da REN nº 63/2004.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	41	2.089.039	0,38% a 5,00%
Cível	27	127.627	0,38% a 6,33%
Trabalhista	40	83.478	0,38% a 2,00%

Notas Explicativas**21. Encargos tarifários e do consumidor a recolher**

	2014	2013
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	60.150	11.082
Outras encargos	102	159
Total	60.252	11.241

22. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	2014	2013
<u>CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	26.142	28.246
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.531	1.413
Ministério de Minas e Energia	765	706
Eficiência energética	11.841	12.268
Subtotal	40.279	42.633
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	15.690	13.967
Eficiência energética	41	37
Subtotal	15.731	14.004
Total	56.010	56.637

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética é como segue:

	Pesquisa e desenvolvimento	Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	Ministério de Minas e Energia	Eficiência energética	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	45.097	1.618	809	26.404	73.928
Provisões	17.116	17.115	8.557	42.419	85.207
Pagamentos	-	(17.320)	(8.660)	-	(25.980)
Aplicações	(23.441)	-	-	(58.321)	(81.762)
Atualização monetária	3.441	-	-	1.803	5.244
Saldo em 31 de dezembro de 2013	42.213	1.413	706	12.305	56.637
Provisões	18.611	18.611	9.305	46.489	93.016
Pagamentos	-	(18.493)	(9.246)	-	(27.739)
Aplicações	(23.280)	-	-	(47.569)	(70.849)
Atualização monetária	4.288	-	-	657	4.945
Saldo em 31 de dezembro de 2014	41.832	1.531	765	11.882	56.010

Notas Explicativas**23. Outras obrigações**

	2014	2013
<u>CIRCULANTE</u>		
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	41.280	38.746
Devolução - Diferença alíquota ICMS - Condomínios ^(*)	28.881	56.409
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	65.200	66.957
Empréstimo compulsório Eletrobrás	966	58
Recebimento em duplicidade de clientes	17.724	14.952
Programa Baixa Renda	3.834	5.513
Subsídios Eletrobrás - Diferença de repasse	3.170	-
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.327	1.323
PIS/COFINS - Diferença de alíquota	11.824	688
Credores diversos	11.747	8.768
Ajuste de Faturas - Consumidores	20.298	17.093
Bônus Itaipu	3.634	3.684
Outras	20.995	20.223
Total	230.880	234.414
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Adiantamento relacionado a venda de bens ^(**)	2.940	57.245
Outras	8.102	6.069
Total	11.042	63.314

(*) ICMS arrecadado a maior a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia, por força de reenquadramento de unidades consumidoras na classe comercial de áreas coletivas de conjuntos de prédios residenciais (condomínios), com consequente alteração da cobrança da alíquota de ICMS de 25% para 18%. O montante de R\$ 28.881 contempla além da diferença de alíquota de ICMS, devolução de tarifa de energia elétrica e PIS/COFINS. Cabe ressaltar que o valor do ICMS arrecadado a maior foi repassado ao Estado de São Paulo, o que gerou para a Companhia um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior (vide nota explicativa nº 6).

(**) Em 23 de dezembro de 2014, a Companhia assinou a escritura pública de venda de imóvel situado no Cambuci, transferindo definitivamente a propriedade e posse para a compradora (GTIS Cambuci Empreendimentos e Participações Ltda.). Desta forma, os valores anteriormente registrados nesta rubrica como “adiantamento relacionado à venda de bens” que na data da assinatura montavam R\$ 81.818 foram reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compondo parte do ganho na alienação de bens e direitos – vide nota explicativa nº 29.

24. Patrimônio líquido**24.1 Capital social**

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporções entre as espécies. Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção de suas participações no capital da Companhia. O Conselho de Administração deve deliberar sobre a emissão, colocação, preço e

Notas Explicativas

condições de integralização de ações ou bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital, nos limites do capital autorizado e suas alterações.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.257.629 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.257.629 em 31 de dezembro de 2013). O capital social da Companhia está representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não são resgatáveis e têm direito a voto restrito exclusivamente nas matérias previstas em seu Estatuto Social, dentre as quais: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e seu acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nas hipóteses previstas em seu Estatuto Social etc.

Ainda, as ações preferenciais têm: (i) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; (ii) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; (iii) direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e (iv) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas as ações do acionista controlador.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve emissão ou resgate de ações.

24.2 Composição acionária

Acionistas:

AES Elpa S.A.
BNDESPar
União Federal
Outros
Total das ações

2014		2013	
Ordinárias		Ordinárias	
Quantidade	%	Quantidade	%
51.825.798	77,81	51.825.798	77,81
1	-	1	-
13.342.384	20,03	13.342.384	20,03
1.436.634	2,16	1.436.634	2,16
66.604.817	100,00	66.604.817	100,00

Acionistas:

BNDESPar
Companhia Brasileira de Energia
Outros
Total das ações

Preferenciais		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
568.976	0,56	568.976	0,56
7.434.410	7,38	7.434.410	7,38
92.735.684	92,06	92.735.684	92,06
100.739.070	100,00	100.739.070	100,00

Notas Explicativas**24.3 Reserva de lucros****(a) Reserva legal**

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

(b) Reserva estatutária

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2011, foi aprovada a modificação do Estatuto Social da Companhia, para a criação de Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. A Administração pode propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação de até 75% do lucro líquido ajustado a essa reserva estatutária. O saldo da referida reserva em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

24.4 Reserva de capital

É composta por outorga de ações e/ou opção de compra de ações preferenciais da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia.

24.5 Ajuste de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes eram compostos pela mais valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e por perdas e ganhos atuariais do plano de pensão, respectivamente.

O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais valia dos ativos é de R\$ 1.196.302 (R\$ 1.292.388 em 31 de dezembro de 2013).

Outros resultados abrangentes relacionados à perda atuarial do plano de pensão apresentam um saldo negativo de R\$ 1.021.687 (líquido de imposto de renda e contribuição social).

25. Destinação do resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre capital próprio.

Notas Explicativas

	2014	2013
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(131.747)	198.182
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida	96.086	84.916
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	6.218	7.104
Constituição de reserva legal	-	(14.155)
Constituição de reserva estatutária	-	(207.035)
Absorção do prejuízo líquido do exercício com parte da reserva estatutária	29.443	-
Subtotal	-	69.012
Dividendo mínimo obrigatório	-	(69.012)
Saldo de lucros acumulados	-	-

26. Resultado por ação

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o (prejuízo) lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Numerador:	2014	2013
(Prejuízo) Lucro do exercício	(131.747)	198.182
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias ^(*)	66.605	66.605
Média ponderada do número de ações preferenciais ^(*)	100.739	100.739
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	110.813	110.813
Denominador ajustado		
Denominador para resultado básico e diluído por ação	167.344	167.344
Denominador para resultado básico e diluído por ação ajustado	177.418	177.418
(Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		
(Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação ordinária	(0,74258)	1,11704
(Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação preferencial	(0,81684)	1,22874

(*) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os exercícios comparados.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

(Prejuízo) Lucro atribuível aos acionistas

Exercício:	Ordinárias	Preferenciais	Total
2014	(49.459)	(82.288)	(131.747)
2013	74.400	123.782	198.182

Notas Explicativas

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além do valor ser considerado imaterial para fins de cálculo. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os exercícios apresentados.

27. Receita operacional líquida

	2014			2013		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.328.583	16.486.199	5.466.454	6.242.621	17.040.646	5.418.373
Industrial	26.472	5.280.773	1.554.674	27.242	5.588.118	1.535.282
Comercial	366.688	13.133.599	4.112.016	392.108	11.960.033	3.471.332
Rural	396	30.304	3.128	771	30.453	3.212
Poder público:						
Federal	1.409	185.418	56.749	1.348	176.867	57.978
Estadual	4.352	687.886	161.595	4.336	671.488	148.180
Municipal	10.273	456.161	151.748	9.860	442.576	132.293
Iluminação pública	1.890	881.043	167.263	1.835	866.956	152.759
Serviço público	1.397	685.233	170.374	1.346	697.089	158.749
Encargo de capacidade emergencial	-	-	2	-	-	5
Remuneração do ativo financeiro	-	-	157.334	-	-	110.613
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(4.272.880)	-	-	(4.009.022)
Subtotal - fornecimento	6.741.460	37.826.616	7.728.457	6.681.467	37.474.226	7.179.754
Outras						
PIS/COFINS diferença de alíquota	-	-	71.812	-	-	(5.583)
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda	-	-	(21.331)	-	-	(21.089)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos	-	-	(43.552)	-	-	(64.338)
Não faturado	-	-	79.366	-	-	(90.397)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	554	8.588.685	408.534	537	8.741.526	413.449
Transferência para atividades de distribuição	-	-	4.272.880	-	-	4,009.022
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD	-	-	(2.632)	-	-	(1.553)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos - TUSD	-	-	(13.099)	-	-	(8.934)
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	13.629	-	-	10,095
Energia no curto prazo ^(*)	-	1.167.477	831.792	-	66.695	27,849
Receita de construção	-	-	582.995	-	-	809,069
Ressarcimento - leilões de energia - nota explicativa nº 28	-	-	-	-	-	105,043
Subvenção de recursos da CDE ^(*)	-	-	199.576	-	-	127,354
Ativo financeiro setorial, líquido - nota explicativa nº 35	-	-	270.506	-	-	-
Outras receitas	-	-	130.039	-	-	121,546
Receita operacional bruta	6.742.014	47.582.778	14.508.972	6.682.004	46.282.447	12.611.287
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	-	8,213
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(2)	-	-	(5)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(93.016)	-	-	(85,207)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(222.666)	-	-	(132,988)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	-	(28,757)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(32.743)	-	-	(33,335)
Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	-	-	-	-	-	(3)
ICMS	-	-	(2.422.318)	-	-	(2,233.311)
COFINS - corrente	-	-	(970.083)	-	-	(898,074)
PIS - corrente	-	-	(210.610)	-	-	(195,330)
ISS	-	-	(255)	-	-	(283)
Deduções da receita bruta	-	-	(3.951.693)	-	-	(3.599.080)
Receita operacional líquida	6.742.014	47.582.778	10.557.279	6.682.004	46.282.447	9.012.207

(*) Valor a ser repassado pela Eletrobrás, referente ao ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Repasse CDE – descontos na tarifa – vide nota explicativa nº 9.

(**) A Companhia reconheceu a receita de venda de energia no mercado de curto prazo referente aos meses de julho a dezembro de 2014. Os saldos a receber decorrente desta venda estão registrados na nota explicativa nº 5 e são liquidados financeiramente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Notas Explicativas**28. Custo do serviço de energia elétrica**

	MWh		R\$	
	2014	2013	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	9.586.846	9.851.146	(1.278.850)	(1.199.895)
ANGRA 1 e 2	1.668.105	1.677.134	(252.867)	(227.532)
Contrato bilateral - AES Tietê - nota explicativa nº 32	11.107.680	11.107.680	(2.233.613)	(2.088.138)
Contrato bilateral - outros	-	44.933	(66)	(7.191)
Compra - CCEE	1.848.933	1.317.382	(1.301.525)	(400.274)
Compra - CCEAR	11.526.803	10.223.326	(3.426.326)	(2.019.736)
Cotas de garantia física	8.369.220	8.345.461	(213.831)	(225.088)
Risco Hidrológico	-	-	(601.795)	(71.011)
(-) Repasse CDE - Custo de energia (i)	-	-	111.146	669.095
(-) Repasse CONTA-ACR - Custo de energia (ii)	-	-	1.185.748	-
(-) Ressarcimento - leilões de energia (v)	-	-	184.273	-
ICMS sobre perdas comerciais	-	-	4.752	(1.852)
(-) Créditos PIS/COFINS	-	-	610.798	526.067
Subtotal	44.107.587	42.567.062	(7.212.156)	(5.045.555)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	969.043	971.534	(271.673)	(251.096)
Total	45.076.630	43.538.596	(7.483.829)	(5.296.651)

	R\$	
	2014	2013
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Uso da rede básica	(556.806)	(425.727)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(242.263)	(480.506)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (iii)	91.551	-
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (iv)	373.034	-
(-) Repasse CDE - ESS	-	420.313
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(34.584)	(31.946)
ONS - Operador Nacional do Sistema	(23.787)	(25.611)
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	(7.587)	(9.474)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(32.015)	(27.018)
(-) Créditos PIS/COFINS	36.374	62.943
Total	(396.083)	(517.026)

(i) Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, para cobrir custos decorrentes da (i) exposição no mercado de curto prazo limitado ao montante não atendido pela alocação de quotas, (ii) risco hidrológico das cotas e (iii) ESS – Encargo de Serviços do Sistema (despachos de usinas térmicas).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu como compensação de custos de energia, referente aos valores aportados pela CDE, um total de R\$ 111.146, e um custo de risco hidrológico de R\$ 28.890, perfazendo o montante líquido de R\$ 82.256, qual foi compensado na liquidação financeira ocorrida na CCEE referente à competência de janeiro de 2014.

(ii) Decreto nº 8.221, de 2 de abril de 2014

O Governo Federal fundamentado na Lei nº 12.783/2013 publicou em 2 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição

Notas Explicativas

involuntária no mercado de curto prazo, custos do despacho termoeletrico e risco hidrológico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE é a responsável pela gestão da CONTA-ACR.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu como compensação de custos de energia, referente aos valores aportados pela CONTA-ACR um total de R\$ 1.185.748, referente ao período de fevereiro a junho de 2014.

Com a implementação da Lei nº 12.783/2013 as concessionárias de geração que tiveram suas concessões renovadas, repassaram o custo do risco hidrológico para as distribuidoras de energia, proporcionalmente às cotas de energia atribuídas, bem como o custo da CFURH (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos). Ambos serão repassados ao consumidor via tarifa, nos processos de reajustes tarifários.

(iii) Ajustes referente ao alívio retroativo

O ajuste de alívio retroativo é um alívio financeiro dos Encargos de Serviços de Sistema (ESS) associados a todos os agentes com carga modelada na CCEE. Ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

(iv) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva – CONER

A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A restituição se dará por meio de crédito aos usuários nas liquidações financeiras pela CCEE.

(v) Ressarcimento – leilões de energia

Conforme estabelecido no Despacho de Encerramento nº 4.786 da ANEEL, emitido em 11 de dezembro de 2014, a Companhia reclassificou, a partir de 31 de dezembro de 2014, os montantes referentes a ressarcimentos de leilões de energia da rubrica “Receita operacional líquida” para “Energia elétrica comprada para revenda”.

Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termoeletricas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações - ABRACEEL, APINE, ABRAGEL, ABRAGET, ÚNICA e ABEEÓLICA - conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica efetuou as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre eles, as distribuidoras.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2014, a liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Desta forma a Companhia reconhece o custo de ESS energético de acordo com as liquidações financeiras da CCEE.

29. Outros custos

	2014	2013
Ganhos na alienação de bens e direitos ^(*)	171.969	8.914
Arrendamentos e aluguéis	(26.448)	(25.513)
Seguros	(3.490)	(3.365)
Tributos	(33.409)	(28.186)
Doações, contribuições e subvenções	(2.491)	(2.741)
Tarifa bancária	(43.644)	(43.205)
Publicidade	(6.922)	(11.137)
Responsabilidade social	(3.707)	(4.064)
Perdas na desativação de bens e direitos	(33.483)	(41.279)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(20.952)	(19.334)
Baixa do ativo financeiro da concessão	(16.873)	(8.533)
Taxa de administração do plano - Fundação CESP	(9.235)	(9.231)
Créditos de PIS e COFINS	1.310	1.223
Recuperação de despesas	9.127	19.992
Outros	(21.066)	(5.383)
Total	(39.314)	(171.842)

(*) Parte do ganho registrado nesta linha é decorrente da assinatura da escritura pública de venda de imóvel situado no Cambuci em 23 de dezembro de 2014, transferindo definitivamente a propriedade e posse da Companhia para a compradora, conforme descrito na nota explicativa nº 23.

Notas Explicativas**30. Resultado financeiro**

	2014	2013
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	75.594	78.824
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	65.936	69.625
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	50.608	54.398
Multas contratuais	5.197	5.159
Subvenções governamentais	1.853	1.047
Atualização do ativo financeiro da concessão - nota explicativa nº 11	55.237	116.240
Atualização de créditos tributários	981	6.351
Atualização monetária dos depósitos judiciais	31.352	30.807
Receita financeira da alienação de imóvel - nota explicativa nº 23	15.018	-
Outras receitas financeiras	26.872	35.622
Subtotal	328.648	398.073
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargo de dívidas - empréstimos moeda nacional	(380.176)	(276.603)
Subvenções governamentais	(1.853)	(1.047)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(4.945)	(5.244)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso (**)	3.621	9.690
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(3.681)	(6.988)
Processos regulatórios - nota explicativa nº 20	(9.663)	(13.505)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	(18.245)	(18.609)
Cartas de fiança e seguros garantia	(22.705)	(19.902)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(32.509)	-
Atualização monetária - Energia livre	(7.252)	(5.032)
Outras despesas financeiras	(27.474)	(27.618)
Subtotal	(504.882)	(364.858)
<u>Variações cambiais, líquidas</u>		
Itaipu	(26.018)	(17.365)
Outras variações cambiais	347	149
Subtotal	(25.671)	(17.216)
Total do resultado financeiro	(201.905)	15.999

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

(**) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 13% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (10% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2013), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

Notas Explicativas**31. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(61.917)	(23.791)	(67.070)	(25.641)
Diferidos	110.541	39.795	(13.769)	(4.956)
Total	48.624	16.004	(80.839)	(30.597)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(196.375)	(196.375)	309.618	309.618
Adições (exclusões):				
Doações	3.741	3.741	4.815	4.815
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	3.034	3.034	3.241	3.241
Benefício fiscal P&D - pesquisa e desenvolvimento	(9.807)	(9.807)	(9.761)	(9.761)
Perdas indedutíveis no contas a receber	-	-	286	286
Perdas de capital - baixa de imobilizado	17.990	17.990	11.899	11.899
Multas indedutíveis	1.203	1.203	8.000	8.000
Despesas indedutíveis	444	444	143	143
Outros	1.359	1.359	1.263	1.263
Total das adições (exclusões)	17.964	17.964	19.886	19.886
Base de cálculo	(178.411)	(178.411)	329.504	329.504
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	44.603	16.057	(82.376)	(29.655)
Incentivos	4.340	-	4.130	-
Compensação de base de cálculo	24	-	24	-
Ajuste IRPJ/CSLL - exercícios anteriores	(499)	(110)	-	-
Ajuste IRPJ/CSLL - Exclusão P&D	156	57	(2.617)	(942)
Total da receita (despesa) com tributos	48.624	16.004	(80.839)	(30.597)
Alíquota efetiva	24,8%	8,1%	26,1%	9,9%

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC's), não gerando impactos de caixa.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 de 16 de setembro de 2013. Em 11 de novembro de 2013 foi emitida a Medida Provisória nº 627, a qual foi convertida na Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 (publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2014).

Todos esses normativos legais (i) alteraram a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da

Notas Explicativas

Seguridade Social - COFINS; (ii) revogaram o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, (iii) trataram da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e (iv) definiram que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

A Companhia, amparada pela posição de seus assessores externos, avaliou os possíveis impactos da aplicabilidade da legislação até o ano base de 2014 e não identificou efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis. Diante disso, a Companhia optou pela não aplicação dos efeitos da Lei nº 12.783/2014 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 75. Portanto, os impactos dessa legislação deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

32. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente da AES Elpa S.A., e indiretamente pela Brasileira, a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto e tem por objetivo exercer o controle, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A. (Tietê), AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (Uruguaiana S.A.) e AES Serviços TC Ltda., mediante participação direta no capital dessas sociedades.

32.1 Partes relacionadas:

Ativo	2014	2013
Outros créditos:		
Companhia Brasileira de Energia (iii)	218	193
AES Sul - outros créditos	2.759	2.759
AES Sul - sublocação (v)	14	9
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	16	4
AES Tietê - sublocação (v)	95	71
	3.102	3.036
Devedores diversos:		
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	362	-
	362	-
Total do ativo com partes relacionadas	3.464	3.036
Passivo	2014	2013
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:		
Companhia Brasileira de Energia	-	3.181
AES Elpa S.A.	-	20.159
	-	23.340
Fornecedores:		
AES Tietê - nota explicativa nº 14 (i)	296.028	228.354
AES Serviços TC Ltda. - corte/religa (iv)	1.658	1.181
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	1.595	-
AES Serviços TC Ltda. - Substituição de postes (vi)	261	-
AES Big Sky (ii)	345	912
	299.887	230.447
Total do passivo com partes relacionadas	299.887	253.787

Notas Explicativas

Resultado	2014	2013
Receita operacional (Outras receitas):		
AES Tietê - sublocação (v)	1.094	992
Companhia Brasileira de Energia - sublocação (v)	4	4
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	187	116
AES Sul - sublocação (v)	118	108
AES Rio PCH - sublocação (v)	4	3
AES Holdings Brasil - sublocação (v)	4	4
AES Elpa S.A. - sublocação (v)	4	3
	1.415	1.230
Energia elétrica comprada para revenda:		
AES Tietê - nota explicativa nº 28 (i)	(2.233.613)	(2.088.138)
	(2.233.613)	(2.088.138)
Serviços de terceiros:		
AES Serviços TC Ltda. - corte/religa (iv)	(9.928)	(10.642)
AES Serviços TC Ltda. - Substituição de postes (vi)	(798)	-
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	(14.327)	-
AES Big Sky (ii)	(4.089)	(1.840)
	(29.142)	(12.482)
Receitas financeiras:		
Companhia Brasileira de Energia (iii)	25	325
	25	325
Total do resultado com partes relacionadas	(2.261.315)	(2.099.065)

- (i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a comprar a partir de 2003 da Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. Prazo de vigência deste contrato é 31 de dezembro de 2015.

Esse contrato foi homologado pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. O preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 201,09 por MWh (R\$ 187,99 por MWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2013). Este contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M.

- (ii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.
- (iii) Conforme contrato de venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a TIM Celular S.A., a Companhia Brasileira deveria manter em conta específica recursos como garantia de obrigações de ajuste de preço de venda. Em maio de 2013, a Companhia Brasileira de Energia resgatou parcialmente o depósito que mantinha em conta garantida o qual foi repassado para a Companhia de acordo com o termo de cessão de crédito firmado.
- (iv) Refere-se ao Contrato de Prestação de Serviços entre a Companhia e a AES Serviços TC Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica. A ANEEL aprovou a operação por meio dos Despachos nºs 4.099/2014 e 4.100/2014.
- (v) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Companhia (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.
- (vi) Corresponde ao Contrato de Execução de Obras e Prestação de Serviços entre a Companhia e a AES Serviços TC Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços contínuos de construção

Notas Explicativas

(montagem e desmontagem), manutenção e reforma de redes e linhas aéreas de distribuição no montante de R\$ 14.754. A vigência do contrato é de janeiro de 2014 até dezembro de 2017. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 3.663/2013.

- (vii) Corresponde ao contrato de atendimento de lojas, celebrado entre a Companhia (contratante) e a AES Serviços (contratada). O contrato tem por objeto, a prestação dos serviços de operação de atendimento de lojas, aos clientes da Companhia, para o recebimento de solicitações de serviços comerciais e técnicos, fornecimento de informações e atendimento de reclamações. O contrato tem vigência até 31 de agosto de 2015, com valor total estimado de R\$ 27.127. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.242/2014.

32.2 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração de sua alta administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a remuneração é conforme segue:

Descrição:	2014	2013
Benefícios de curto prazo (a)	11.359	10.620
Benefícios pós-emprego (b)	372	201
Outros benefícios de longo prazo (c)	241	216
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	307
Remuneração baseada em ações (d)	993	913
Total	12.965	12.257

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation.

A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

Notas Explicativas**33. Seguros**

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	1-abr-2014	1-abr-2015	R\$ 2.400.000
Vida em grupo	1-jan-2015	1-jan-2016	25 x salário, limitado a R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	1-jun-2014	1-abr-2015	R\$ 30.000
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	1-abr-2014	1-abr-2015	R\$ 100.000
Riscos ambientais	1-abr-2014	1-abr-2015	R\$ 10.000
Frota de veículos - RCF	1-abr-2014	1-abr-2015	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

O seguro de frota de veículos é contratado individualmente pela Companhia. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

34. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**34.1 Considerações gerais**

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber - acordos (nota explicativa nº 8);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 20);
- f) Ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº 11);
- g) Ativo financeiro setorial, líquido (nota explicativa nº 35);
- h) Fornecedores (nota explicativa nº 14);
- i) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 16);
- j) Subvenções governamentais (nota explicativa nº 17);
- k) Encargos tarifários e do consumidor a recolher (nota explicativa nº 21); e
- l) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

Notas Explicativas**34.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

	2014		2013		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	181.260	181.260	154.210	154.210	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	727.891	727.891	819.951	819.951	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.723.776	1.723.776	1.212.012	1.212.012	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	119.811	119.811	115.398	115.398	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	445.283	445.283	475.337	475.337	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	1.980.753	1.980.753	1.386.931	1.386.931	Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativo financeiro setorial, líquido	270.506	270.506	-	-	Empréstimos e recebíveis
Total	5.449.280	5.449.280	4.163.839	4.163.839	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	1.561.434	1.561.434	1.154.993	1.154.993	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	3.071.892	3.072.351	2.747.815	2.781.750	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	13.013	13.013	5.077	5.077	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	60.252	60.252	11.241	11.241	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.858	3.858	78.730	78.730	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	4.710.449	4.710.908	3.997.856	4.031.791	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e títulos públicos. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Para títulos públicos, a marcação a mercado é realizada com base nas taxas atuais obtidas da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro da concessão, a Companhia mensura o valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso ocorra uma mudança no WACC Regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia concluiu que não há diferenças entre essas taxas.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

34.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2014				2013			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u>								
Caixa e equivalentes de caixa	181.260	120.834	60.426	-	154.210	63.029	91.181	-
Investimentos de curto prazo	727.891	-	727.891	-	819.951	-	819.951	-
Ativo financeiro da concessão	1.980.753	-	1.980.753	-	1.386.931	-	1.386.931	-
Total - Ativo	2.889.904	120.834	2.769.070	-	2.361.092	63.029	2.298.063	-

Notas Explicativas

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

34.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Práticas Contábeis e Controles Internos, que tem como principais atribuições, garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações contábeis, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro áreas: operacional, financeira, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações contábeis, a terceira avalia os controles de segurança da informação e a quarta atua na investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de auditoria interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são revistos a cada seis meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados aos Conselhos de Administração e Fiscal para acompanhamento.

Notas Explicativas

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% ou 25% do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido (PL) da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de 3% a 5% de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2014 é:

Notas Explicativas

	2014
Caixa e equivalentes de caixa	181.260
Investimentos de curto prazo	727.891
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.723.776
Contas a receber - acordos	119.811
Total da exposição	2.752.738

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.561.434	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.754	128.397	192.891	377.833	1.021
Debêntures	387.756	371.174	723.208	1.607.587	471.891
Arrendamento financeiro	819	2.139	2.098	3.699	3.215
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	60.252	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.858	-	-	-	-
Total	2.016.873	501.710	918.197	1.989.119	476.127

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2014.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado**Gestão de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

Notas Explicativas

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	525.751	568.146
Debêntures	2.534.171	2.164.362
Arrendamento financeiro	11.970	15.307
Caixa e equivalentes de caixa	(181.260)	(154.210)
Investimentos de curto prazo	(727.891)	(819.951)
Dívida líquida	2.162.741	1.773.654
Patrimônio líquido	2.567.808	2.829.462
Dívida líquida / Patrimônio líquido	84,23%	62,69%

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2014, 19,3% era de curto prazo (4,4% em 31 de dezembro de 2013) e o prazo médio era de 5,4 anos (6,1 anos em 31 de dezembro de 2013).

Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 1,12% a 1,75% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2014.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2014 é:

	2014
Equivalentes de caixa	60.426
Investimentos de curto prazo	727.891
Empréstimos e financiamentos	(485.904)
Debêntures	(2.577.885)
Total da exposição líquida	(2.275.472)

Os montantes de empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima estão relacionados somente às dívidas indexadas ao CDI e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Notas Explicativas**Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 2014	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,24%	9,35%	12,47%	15,59%	18,71%
Equivalentes de caixa	CDI	60.426	3.771	5.650	7.535	9.420	11.306
Investimentos de curto prazo	CDI	727.891	45.420	68.058	90.768	113.478	136.188
Subtotal		788.317	49.191	73.708	98.303	122.898	147.494

Dívidas	Taxa de juros	Posição em 2014	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,24%	9,35%	12,47%	15,59%	18,71%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,12% a.a.	(261.039)	(19.395)	(27.604)	(35.840)	(44.075)	(52.311)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	(204.090)	(16.530)	(22.988)	(29.467)	(35.946)	(42.425)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,50% a.a.	(365.645)	(28.643)	(40.185)	(51.765)	(63.344)	(74.923)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI+1,50% a.a.	(606.512)	(47.512)	(66.657)	(85.864)	(105.071)	(124.278)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI+1,24% a.a.	(770.692)	(58.244)	(82.510)	(106.854)	(131.197)	(155.541)
Debêntures - 16ª Emissão	CDI+1,60% a.a.	(369.907)	(29.370)	(41.058)	(52.784)	(64.510)	(76.235)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	CDI+1,50% a.a.	(485.904)	(38.064)	(53.402)	(68.790)	(84.177)	(99.565)
Subtotal		(3.063.789)	(237.758)	(334.404)	(431.364)	(528.320)	(625.278)
Total da exposição líquida		(2.275.472)	(188.567)	(260.696)	(333.061)	(405.422)	(477.784)

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo financeiro setorial, líquido).

Risco de preço**Reajuste Tarifário de 2014**

Em 3 de julho de 2014, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de 9,06%, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2014 sobre a tarifa homologada em 4 de julho de 2013. O índice de 9,06%, somado a outros dados financeiros do último processo tarifário que são retirados no reajuste atual, resultou em um efeito médio de 18,66% a ser percebido pelos consumidores.

A ANEEL decidiu pela restituição de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543 gerando um impacto de - 3,30% no reajuste total. Com relação ao ativo possivelmente inexistente e de acordo com a

Notas Explicativas

informação divulgada pela Companhia em Fato Relevante de 1º de julho de 2014, a Companhia vem tomando todas as medidas legais cabíveis para reverter a decisão da ANEEL.

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário 2014		
Parcela A	Encargos setoriais	1,61%
	Energia comprada	6,63%
	Encargos de transmissão	2,21%
	Parcela A	10,45%
Parcela B		1,60%
Reajuste econômico		12,04%
CVA total		2,67%
Outros itens financeiros da Parcela A		1,73%
Ajuste financeiro da Revisão Tarifária de 2011		-4,08%
Impacto ativo possivelmente inexistente		-3,30%
Reajuste total		9,06%
Efeito para o consumidor		18,66%

Desta forma as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário de 2014, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A

A Parcela A foi reajustada em 14,08%, representando 10,45% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Encargos Setoriais – Reajustados em 20,27%, principalmente devido ao aumento da quota da CDE, representando 1,61% no reajuste econômico;

Energia Comprada – O aumento de 10,90% decorre principalmente do aumento do PLD que afeta o custo dos contratos de compra de energia por disponibilidade (térmicas), bem como pela maior participação deste tipo de contrato no portfólio da Companhia. O aumento da compra de energia representou 6,63% no reajuste econômico; e

Encargos de Transmissão – O aumento de 40,66% decorre das novas tarifas de transmissão publicadas pela ANEEL, representando 2,21% no reajuste econômico.

(ii) Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de 6,18%, que representa uma participação de 1,60% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 7,21%, no período de 12 meses findos em 30 de junho de 2014, e
- Fator X de 1,03%, composto por:
 - X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,03%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo;

Notas Explicativas

- X-Q (qualidade do serviço) de 0,00%, decorrente da evolução da qualidade do serviço prestado em 2013; e
- X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo.

Reajuste Tarifário de 2014 - Atualização em cumprimento de liminar

Conforme descrito na nota explicativa nº 20.2.27, a ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria, ocorrida em 5 de janeiro de 2015, definiu um novo índice de reajuste tarifário anual para a Companhia que exclui o componente financeiro de -3,30%, relativo à restituição de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543.

O novo índice reflete liminar obtida pela Companhia suspendendo os efeitos da deliberação da ANEEL de 1º de julho de 2014 até que ocorra decisão final da ação judicial sobre a ilegalidade do recálculo retroativo das tarifas praticadas pela Companhia anteriormente à data da sua 3ª revisão tarifária periódica.

Com isso, a partir da data da publicação da Resolução Homologatória nº 1.844/15, 8 de janeiro de 2015, o novo índice de reajuste será impactado em +3,3 pontos percentuais, conforme segue:

Reajuste tarifário 2014		
Parcela A	Encargos setoriais	1,61%
	Energia comprada	6,63%
	Encargos de transmissão	2,21%
	Parcela A	10,45%
Parcela B		1,60%
Reajuste econômico		12,04%
CVA total		2,67%
Outros itens financeiros da Parcela A		1,73%
Ajuste financeiro da Revisão Tarifária de 2011		-4,08%
Reajuste total		12,36%

O montante já restituído até a data da publicação da referida resolução será considerado como um componente financeiro positivo para a Companhia no próximo evento tarifário a ocorrer em 4 de julho de 2015.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia têm contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao

Notas Explicativas

atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 16.7).

(c.3) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2014 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da Companhia com a AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação, há instrumentos previstos na regulamentação tais como leilões de ajuste, MCS (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia para contratação de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Notas Explicativas

O nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A Companhia encerrou o ano de 2014 com um nível de contratação de 98,8%, implicando em exposição ao mercado de curto prazo.

A subcontratação de 2014 ocorreu devido ao cancelamento de contratos oriundos de leilões de energia nova (CCEAR's), à insuficiência de cotas decorrente da Lei nº 12.783/2013 e ao cancelamento dos Leilões A-0 de 2013 e A-0 de 2014. Sendo esta exposição contratual integralmente reconhecida pelo órgão regulador como involuntária, o que não gera prejuízo à Companhia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

O aumento do despacho de usinas térmicas e dos preços do mercado de curto prazo decorrentes do cenário hidrológico desfavorável poderão impor à Companhia maiores custos com compra de energia, associados aos contratos por disponibilidade (CCEAR's), risco hidrológico associado às cotas de garantia física e compra de energia no mercado de curto prazo (exposição involuntária pela frustração do Leilão A-1 de 2013), os quais serão repassados nos eventos tarifários da distribuidora.

Em 2013 foram adotadas medidas compensatórias por meio do Decreto nº 7.945/2013, visando reduzir o impacto financeiro nas distribuidoras no referido ano ocasionadas pelo aumento dos custos de energia, através de repasses de recursos oriundos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e Tesouro Nacional. Visto que o cenário hidrológico ainda é desfavorável, para mitigar impactos financeiros das distribuidoras em 2014, além da realização do Leilão A, com período de suprimento de maio de 2014 a dezembro de 2019, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 autorizando a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a criar a CONTA-ACR - Ambiente de Contratação Regulado - por meio da qual foram repassados recursos às distribuidoras para cobertura total ou parcial de despesas adicionais decorrentes de exposição involuntária e despacho termoeletrico associado aos contratos por disponibilidade durante o ano de 2014 (de fevereiro a dezembro). Em 2014, a CONTA-ACR recebeu recursos de empréstimos tomados pela CCEE junto a instituições financeiras. Os montantes recebidos pela Companhia até 31 de dezembro de 2014 por meio da CONTA-ACR totalizaram R\$ 1.185.748.

Caso o cenário hidrológico desfavorável seja mantido em 2015, é possível que haja uma estratégia de preservação dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas, com a consequente manutenção ou até mesmo elevação do despacho das usinas térmicas, resultando em risco de maiores custos com a aquisição de energia elétrica e maior necessidade de capital de giro da Companhia. Como forma de mitigar o impacto negativo no fluxo de caixa das distribuidoras, em fevereiro de 2015 a ANEEL abriu duas audiências públicas para: i) discutir Revisão Tarifária Extraordinária requerida pelas distribuidoras de energia elétrica, incluindo o pedido específico da Companhia protocolizado no último dia 9 de janeiro; e ii) discutir ajustes ao mecanismo de bandeira tarifária já em vigor. Há expectativa de que essas audiências públicas resultem em ajuste tarifário já a partir de março de 2015, antecipando o repasse aos consumidores dos aumentos dos custos com aquisição de energia elétrica, reduzindo, portanto, o impacto no fluxo de caixa e necessidade de capital de giro da Companhia.

Notas Explicativas

Ainda com relação ao ano de 2015, caso o nível dos reservatórios não atinja um nível de recuperação e/ou segurança até o final do período úmido (abril de 2015), há o risco de o Governo implantar mecanismos de racionalização ou até mesmo decretar racionamento de energia. No caso de racionamento, os principais impactos esperados seriam: (i) ajustes nas contratações de energia entre geradores e distribuidoras de acordo com a redução estabelecida pelo Governo; (ii) redução na margem das distribuidoras; (iii) aumento nos custos para atendimento às regras impostas pelo Governo, bem como para outros gastos com comunicação e serviços a serem prestados aos clientes; e (iv) possível aumento nas perdas comerciais e inadimplência tendo em vista as penalidades que seriam aplicadas aos clientes que não consigam atingir a meta estabelecida. É importante ressaltar que os contratos de concessão tem previsão de solicitação de Revisão Tarifária Extraordinária em caso de desequilíbrio econômico-financeiro, a qual poderá ser utilizada pela Companhia com o objetivo de pleitear redução ou até mesmo eliminação dos impactos acima mencionados.

35. Ativo financeiro setorial, líquido (anteriormente denominado de “Ativos e passivos regulatórios”)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.19, a Companhia aplicou prospectivamente a OCPC 08 – Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica – a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, registrando um ativo financeiro setorial líquido de R\$ 270.506 em contrapartida à receita operacional líquida. Para propiciar melhor comparabilidade, a Companhia divulga abaixo os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, utilizando os mesmos critérios do exercício de 2014.

ATIVO FINANCEIRO SETORIAL, LÍQUIDO

CIRCULANTE

	2014	2013
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	598.464	88.367
Outros componentes financeiros da tarifa	(277.317)	(21.765)
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	78.707	60.958
Revisão tarifária - fator Xe	(55.366)	(72.207)
Impacto de postergação da revisão tarifária	(201.328)	(573.396)
Revisão tarifária - Universalização	(2.220)	(7.311)
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	140.940	(525.354)

NÃO CIRCULANTE

Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	398.263	86.691
Outros componentes financeiros da tarifa	(268.697)	(14.575)
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	-	60.958
Revisão Tarifária - Fator Xe	-	(54.114)
Impacto de postergação da revisão tarifária	-	(191.704)
Revisão tarifária - Universalização	-	(7.311)
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	129.566	(120.055)
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO SETORIAL, LÍQUIDO	270.506	(645.409)

A movimentação do ativo financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi a seguinte:

	Ativo financeiro setorial, líquido		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(525.354)	(120.055)	(645.409)
Diferimentos	136.856	310.098	446.954
Atualização monetária	17.076	13.354	30.430
Amortização	404.976	33.555	438.531
Transferências	107.386	(107.386)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014 ^(*)	140.940	129.566	270.506

Notas Explicativas

- (*) Por ser registrado de forma prospectiva, o saldo do ativo financeiro setorial líquido de R\$ 270.506 foi reconhecido integralmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (vide nota explicativa nº 27).

A Companhia apresenta a seguir a composição do ativo financeiro setorial líquido por ciclo tarifário:

	2014		
	CVA		
	Período após 04.07.2013 até 03.07.2014	Período após 04.07.2014 até 03.07.2015	TOTAL
<u>ATIVO FINANCEIRO SETORIAL, LÍQUIDO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.642	14.439	24.081
Conta de Consumo de Combustível - CCC	99	-	99
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(7.507)	(20.214)	(27.721)
Encargos do serviço do sistema - ESS	(68.089)	(219.172)	(287.261)
Transporte de energia - Itaipu	(24)	902	878
Transporte de energia pela rede básica	17.632	9.941	27.573
Compra de energia elétrica	240.184	614.870	855.054
Proinfa	5.675	86	5.761
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	78.707	-	78.707
Efeito Neutralidade	(5.024)	2.439	(2.585)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	5.107	(292.216)	(287.109)
Revisão Tarifária - Fator Xe	(55.366)	-	(55.366)
Postergação Revisão Tarifária 2011	(201.328)	-	(201.328)
Revisão Tarifária - Universalização	(2.220)	-	(2.220)
Outros componentes financeiros	(8.702)	21.079	12.377
Subtotal	8.786	132.154	140.940
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	14.439	14.439
Transporte de energia pela rede básica	-	9.941	9.941
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(219.172)	(219.172)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	(20.214)	(20.214)
Proinfa	-	86	86
Compra de energia elétrica	-	612.281	612.281
Transporte de energia - Itaipu	-	902	902
Efeito Neutralidade	-	2.439	2.439
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	(292.215)	(292.215)
Outros componentes financeiros	-	21.079	21.079
Subtotal	-	129.566	129.566
<u>TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO SETORIAL, LÍQUIDO</u>	8.786	261.720	270.506

36. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não possui um plano próprio de remuneração baseado em ações, sendo que este plano é estabelecido, administrado e custeado por sua controladora indireta The AES Corporation, sem ônus à Companhia.

Este plano abrange os diretores estatutários e não estatutários, tendo como objetivo reforçar a retenção dos executivos e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo. Seus desembolsos estão condicionados ao alcance das metas corporativas globais e individuais, refletidos também na variação positiva do preço da ação da The AES Corporation.

Notas Explicativas

A The AES Corporation possui dois tipos de remuneração com base em ações:

- (a) *Stock Options*: o diretor estatutário recebe o direito de comprar ações da The AES Corporation por um valor determinado após um período de 3 anos, ou seja, 1/3 das opções outorgadas tornam-se exercíveis a cada ano que permanece na Companhia. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos e em nenhuma circunstância as opções concedidas dão direito a seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

A média ponderada do valor justo de cada concessão de opções foi estimada, na data da concessão, utilizando o modelo de precificação de opções "*Black-Scholes*", utilizando a média ponderada das seguintes premissas:

	2014	2013
Volatilidade esperada (%)	24	23
Rendimento esperado do dividendo anual (%)	1	1
Prazo de vida esperado das opções (anos)	6	6
Taxa de retorno livre de risco (%)	1,88	1,13

Considerando as premissas acima, os valores de mercado destas opções emitidas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, eram de US\$ 3,31 e US\$ 2,21, respectivamente.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Stock Options* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em circulação em 31 de dezembro de 2012	143.542	14,96	
Exercidas durante o exercício	(32.847)	5,84	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(19.686)	19,22	
Outorgadas durante o exercício	11.087	11,17	
Em circulação em 31 de dezembro de 2013	102.096	16,67	4,7
Exercidas durante o exercício	(2.142)	8,97	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(794)	8,97	
Outorgadas durante o exercício	8.098	14,63	
Em circulação em 31 de dezembro de 2014 (*)	107.258	16,72	4,2

(*) As ações em circulação referem-se às ações exercíveis do referido exercício

- (b) *Restricted Stock Units*: o diretor recebe as ações da The AES Corporation, mas só adquire de fato as ações na proporção de 1/3 a cada ano que permanece na Companhia. Em nenhuma circunstância estas outorgas dão direito a seu detentor (ou obrigam a The AES Corporation) a liquidar as ações restritas em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

Os valores justos destas ações em 31 de dezembro de 2014 e 2013 correspondem aos valores de fechamento das ações da The AES Corporation na data da outorga das ações.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Restricted Stock Units* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Notas Explicativas

	Quantidade	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2012	72.030	13,64	
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(24.175)	13,10	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(18.383)	12,35	
Outorgadas durante o exercício	43.686	11,29	
Transferidas	(1.996)	12,04	
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2013	71.162	12,76	1,0
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(27.549)	12,63	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(9.880)	14,62	
Outorgadas durante o exercício	33.261	14,66	
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2014	66.994	13,49	1,2

37. Investimentos em meio ambiente

Investimentos em Meio Ambiente	2014	2013
Custos diretos	3.488	7.279
SGA - sistema de gestão ambiental e outros	1.703	1.494
Licenciamentos e compensações ambientais	4.473	1.760
Recuperação da qualidade do solo e águas subterrâneas	21.019	13.776
Prevenção à poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	17.868	4.056
Treinamentos operacionais (brigada - emergência química)	29	26
Comunicação (semana do meio ambiente, divulgação, impressos etc.)	17	19
Subtotal	48.597	28.410
Projetos de P&D (*)	-	20
Projetos de eficiência energética (*)	47.570	57.260
Total	96.167	85.690

(*) Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 0,5% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela Companhia em 2014, R\$ 78.299 (R\$ 81.634 em 2013) foram registrados no resultado do exercício e R\$ 17.868 (R\$ 4.056 em 2013) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE - Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

A Companhia em busca da excelência ambiental manteve em 2014 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2019. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados,

Notas Explicativas

gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos e comunicação.

38. Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605 da ANEEL publicada em 11 de março de 2014, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias - “DCR”, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 até 30 de abril de 2015 no seguinte sítio <http://ri.aseletropaulo.com.br/>

39. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía cinco tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) Cotas de Garantia Física – CCGF; (iv) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e (v) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 28).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 28).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 27).

40. Eventos subsequentes

Bandeiras Tarifárias

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias, segundo a Resolução Normativa nº 547/2013 da ANEEL. O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: Condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: Condições de gerações menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 KWh consumidos.
- Bandeira vermelha: Condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 KWh consumidos.

Notas Explicativas

O acionamento de cada bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica do país.

Segundo aditamento da 16ª Emissão de Debêntures

Em 16 de janeiro de 2015, foi celebrado o segundo aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 16ª Emissão de Debêntures da Companhia, por meio do qual foram alterados: (i) o prazo de vencimento das referidas debêntures, para 283 dias contados da data de emissão, vencendo-se tais debêntures, portanto, em 30 de abril de 2015 (“Data de Vencimento”); (ii) a remuneração das Debêntures, as quais passarão a fazer jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “Over Extra-Grupo”, com base em um ano de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,60% a.a. desde a data de emissão até 17 de janeiro de 2015 (“Primeira Taxa”), e de 1,35% a.a., com base em 252 dias úteis, a partir de 17 de janeiro de 2015 até a data do pagamento da remuneração (“Segunda Taxa”); e (iii) a periodicidade do pagamento da remuneração, passando a remuneração apurada com base na Primeira Taxa a ser paga em 17 de janeiro de 2015 e a remuneração apurada com base na Segunda Taxa a ser paga na Data de Vencimento.

17ª Emissão de Debêntures

Em 16 de janeiro de 2015, foi concluída oferta pública de distribuição da 17ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, tendo sido emitidas 19.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10, sendo 10.000 debêntures da primeira série e 9.000 debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R\$ 190.000, com prazo de vencimento de 6 meses para as debêntures da primeira série e de 24 meses para as debêntures da segunda série, contados da data emissão, qual seja 15 de janeiro de 2015. As Debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “Over Extra-Grupo”, com base em um ano de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,35% a.a. para as debêntures da primeira série e de 1,90% a.a. para as debêntures da segunda série. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da emissão serão destinados para o reforço do seu capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Acompanhamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos esperados para 2014 e para o ciclo 2015-2019, divididos em recursos próprios e investimentos financiados por clientes.

b.) período projetado e o prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

Projeções para investimentos anuais, divulgadas trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Indicadores de crescimento (PIB, inflação, densidade demográfica);
- Diagnósticos de rede;
- Demanda dos consumidores;
- Cronograma das manutenções;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Todas as premissas podem ser influenciadas pela administração, exceto os indicadores de crescimento, demanda dos consumidores e as obrigações regulatórias que fogem ao seu controle.

Essas projeções refletem somente a percepção da administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes; e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da Companhia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos divirjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 - Investimentos

Os valores projetados para o exercício social de 2014 e para o ciclo 2015-2019 encontram-se nas tabelas a seguir:

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

R\$ MM	Estimado 2014
Recursos próprios	550,0
Financiado pelo cliente	50,2
Total	600,2

Investimentos estimados	Estimado 2015 (R\$ MM)	Estimado 2016 (R\$ MM)	Estimado 2017 (R\$ MM)	Estimado 2018 (R\$ MM)	Estimado 2019 (R\$ MM)	Ciclo: 2015-2019 (R\$ bn)
Recursos próprios	522,0	542,0	562,0	587,0	625,0	2,8
Financiado pelo cliente	71,7	73,5	78,7	84,4	83,8	0,4
Total	593,7	615,5	640,7	671,4	708,8	3,2

e.) Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão – 2014**1 - Investimentos**

Os valores projetados e realizados para o exercício social em curso, encontram-se na tabela a seguir:

R\$ MM	Estimado 2014	Realizado 2014	Variação
Recursos próprios	550,0	510,4	(39,6)
Financiado pelo cliente	50,2	72,6	22,4
Total	600,2	583,0	(17,2)

A variação entre a projeção de investimentos para o ano de 2014, de R\$ 600,2 milhões, e o realizado de R\$ 583,0 milhões está principalmente relacionada à revisão dos critérios referente à capitalização de mão de obra própria nos investimento executados durante o ano de 2014.

Os valores projetados para o ciclo de 2015-2019 não sofreram alteração (conforme tabela do item d).

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Barueri – São Paulo

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE

DE SÃO PAULO S.A.

NIRE 35300050274

CNPJ/MF n.o 61.695.227/0001-93

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e com base nos trabalhos, entrevistas, acompanhamentos realizados ao longo do exercício e considerando, ainda, o parecer da KPMG Auditores Independentes, opina que as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório anual da administração e a proposta da administração da Companhia para a destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer em 23 de abril de 2015.

Barueri, 25 de fevereiro de 2015.

Sebastião Bergamini Junior

Luis Eduardo Frisoni Junior

Kurt Janos Toth

Marcus Pereira Aucélio

Mário Daud Filho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Barueri, 9 de fevereiro de 2015.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor Vice-Presidente

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Teresa Cristina Querino Vernaglia

Diretora Vice-Presidente

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Barueri, 9 de fevereiro de 2015.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor Vice-Presidente

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Teresa Cristina Querino Vernaglia

Diretora Vice-Presidente

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente